



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**THYARA FERREIRA RIBEIRO MENDONÇA**

**MULHER, FAMÍLIA E TRABALHO: REPRESENTAÇÕES E  
IDENTIDADES CONSTRUÍDAS POR CASADAS E SOLTEIRAS**

**SALVADOR**  
**2014**  
**THYARA FERREIRA RIBEIRO MENDONÇA**

**MULHER, FAMÍLIA E TRABALHO:  
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES  
CONSTRUÍDAS POR CASADAS E SOLTEIRAS**

**Texto apresentado à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea.**

**Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti**

**SALVADOR**

**2014**

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.

M539 Mendonça, Thyara Ferreira Ribeiro.  
Mulher, família e trabalho: representações e identidades  
construídas por casadas e solteiras / Thyara Ferreira Ribeiro  
Mendonça.– Salvador, 2014.  
84 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família  
na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1. Mulher - Representações e identidade 2. Família 3. Trabalho

## TERMO DE APROVAÇÃO

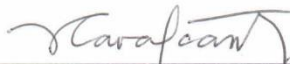
**Thyara Ferreira Ribeiro Mendonça**

**“Mulher, Família e Trabalho: representações e identidades construídas por  
casadas e solteiras”**

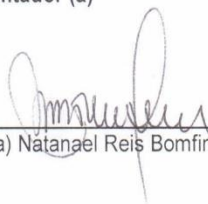
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família  
na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 21 de fevereiro de 2014.

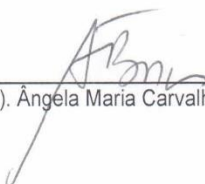
Banca Examinadora:



Dr (a). Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti- UCSal  
**Orientador (a)**



Dr (a) Natanael Reis Bomfim - UNEB



Dr (a). Ângela Maria Carvalho Borges - UCSal

**Ao meu marido, mãe e demais familiares, pela parceria intelectual, carinho e renúncia à minha presença, durante a elaboração desta pesquisa.**

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, pelo incentivo e ensinamentos. Cada palavra de coragem me impulsionou a continuar

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, pelos conhecimentos compartilhados

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Borges, contribuição marcante desde a qualificação e por aceitar compor a banca de defesa

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Natanael Reis Bomfim pelas fundamentais contribuições para esta pesquisa e por aceitar compor as bancas de qualificação e defesa

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luiza Albertini Padula Trombeta, por despertar em mim a paixão pela carreira acadêmica

À CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa

Aos colegas do programa, em especial a Carlos Magno, Juliana Freitas, Ney Menezes, e Rita Amorim, pelas trocas e por todo o apoio. Sem vocês teria sido ainda mais difícil

Às mulheres entrevistadas, por compartilhar comigo aspectos tão íntimos e comuns à minha vida

Ao meu marido, Anderson Mendonça, meu parceiro de todas as horas. Um anjo de luz que Deus colocou ao meu lado para dividir a vida

À mulher que eu mais admiro, minha mãe. Exemplo irretocável de força, independência e compaixão

Às minhas irmãs, que me dão a responsabilidade de não desistir

À minha querida e amada avó

Às outras mulheres da minha família e a todas aquelas que reconheceram a força que possuem. Somos uma continuidade desta força!

Aos meus sogros, pela torcida, mesmo que à distância

À Anete dos Santos, minha querida e amada companheira nesta caminhada

Aos meus amigos, de ontem, de hoje e de sempre

Muito obrigada! Nós conseguimos!

O homem aprenderá a sabedoria, ensinada pela aflição.

(Ésqui



## RESUMO

**MENDONÇA, Thyara Ferreira Ribeiro. Mulher, família e trabalho: representações e identidades construídas por casadas e solteiras. 2014, \_\_\_\_ f.. Dissertação de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador. Salvador, BA.**

Os estudos sobre mulheres e gêneros vêm, desde a eclosão do movimento feminista em sua segunda onda, ganhando eco nos mais diversos ramos do conhecimento, sobretudo na Psicologia e Ciências Sociais. Paralelamente, na atualidade, uma visão interdisciplinar tem sido exigida quando nos debruçamos sobre o objeto família, suscitando novos enfoques e abordagens. Neste prisma, o presente estudo, situado na linha de pesquisa Família nas Ciências Sociais, pretende traçar um comparativo entre mulheres casadas e solteiras, de classe média, profissionais de carreira, objetivando conhecer e analisar as Representações Sociais (RSs) e significados atribuídos por estas às categorias família e trabalho. Especificamente, buscou-se identificar e analisar as representações sociais acerca de suas identidades, analisar de que forma articulam família e trabalho, bem como saber de que modo caracterizam o 'ser uma profissional de carreira'. Parte-se do pressuposto de que a configuração relacional apareça como importante variável na construção das identidades e representações. Foram entrevistadas seis mulheres casadas e cinco mulheres solteiras, com idades entre 31 e 46 anos, com pelo menos nível universitário, com ou sem filhos, estando inseridas no primeiro grupo as mulheres que residem com um parceiro/companheiro/cônjuge e no segundo aquelas que moram sozinhas, com familiares ou amigos. A amostra se caracteriza como não probabilística por julgamento, posto as entrevistadas serem escolhidas a critério da pesquisadora como informantes em potencial do grupo que se pretende conhecer, sendo selecionadas mediante a constatação de apresentarem os critérios de inclusão previamente elencados. O instrumento de coleta de dados foi composto por uma entrevista semiestruturada, contendo informações sobre identificação e dados sociodemográficos e questões relativas às identidades e representações, em conformidade com os objetivos que se pretende atingir. A sustentação teórica apoia-se em concepções que fundamentam a discussão sobre a atuação das mulheres no mundo do trabalho, sob a perspectiva das abordagens feministas pós-estruturalistas e teorias sobre os significados do trabalho, assim como os principais desafios que a literatura aponta para a progressão da mulher em cargos de prestígio, sobretudo as casadas e com filhos. Em se tratando da teoria das RSs, os principais aportes teóricos utilizados são Moscovici (1978) e Jodelet (1989), no campo da abordagem processual das Representações Sociais. Os dados foram analisados mediante a utilização do *software* IRAMUTEQ (2013) e análise de discurso, em conformidade com a literatura pesquisada. Os resultados apontam a configuração familiar/estado conjugal, como variável na construção das representações e identidades das mulheres entrevistadas. Encontrou-se diferenciações entre as Representações de Si (Mulher de Carreira) e as Representações do Endogrupo (Mulheres casadas e solteiras) e entre estas duas e o Exogrupo (Homens). No primeiro estão elencados aspectos como sobrecarga, falta de tempo e responsabilidades e no segundo, respectivamente, a preservação das individualidades, assim como a divisão das tarefas relativas ao cuidado e, no último, a fraca percepção dos seus direitos enquanto mulher e cidadã. De modo menos surpreendente, as mulheres entrevistadas demonstram ainda experimentar, como

aponta a literatura, obstáculos que dificultam a sua inserção nos contextos produtivos de alta complexidade, quase sempre mediante a sobrecarga de funções.

**Palavras-chave:** mulher, família, trabalho, representações e identidade.

## ABSTRACT

**Mendonca, Thyara Ferreira Ribeiro. Women, work and family: representations and identities constructed by married and unmarried. 2014 \_\_\_\_ f .. Dissertation in Family in Contemporary Society - Catholic University of Salvador. Salvador, BA.**

Studies on women and gender come, since the outbreak of the feminist movement in its second wave, winning eco in various branches of knowledge, especially in Psychology and Social Sciences. In parallel, in actuality, an interdisciplinary vision has been required When looking at the object family, posing new approaches and approaches. In this perspective, this study located in the search in the Family Social Science online, you want to draw a comparison between married and unmarried women , middle-class, career professionals in order to study and analyze the social representations (SRs) and meanings attributed by these the categories family and work. Specifically, we sought to identify and analyze the social representations about their identities , analyze how articulate family and work, as well as knowing how featuring 'be a professional career'. Breaks the assumption that relational setting appears as an important variable in the construction of identities and representations. Married six women and five single women aged between 31 and 46 years with at least college level, with or without children, women living with a partner/partner/spouse being placed in the first group were interviewed and those in the second living alone, with family or friends. The sample is characterized as non- probabilistic judgment, since the respondents are chosen at the discretion of the researcher as potential informants from the group if you want to know, being selected by the finding of the present inclusion criteria previously listed. The data collection instrument consisted of a semi structured interview containing identifying information and demographic data and issues concerning the identities and representations in accordance with the objectives to be achieved. The theoretical framework draws on concepts that underlie the discussion on the role of women in the working world, from the perspective of feminist poststructuralist approaches and theories about the meanings of work as well as the main challenges that the literature points to the progression of women in positions of prestige, especially those married with children. Concerning the theory of RS, the main theoretical contributions are used Moscovici (1978) and Jodelet (1989), in the field of procedural approach of social representations. Data were analyzed by using the software IRAMUTEQ (2013) and discourse analysis, in accordance with the literature. The results suggest that family configuration/marital status, as a variable in the construction of representations and identities of the women interviewed. Met distinctions between representations of Si (Career Woman) and representations of the ingroup (married and unmarried women) and between these two and the out group (Men). In the first listed are aspects such as overload, lack of time and responsibilities and second, respectively, to preserve the legend, and the division of tasks pertaining to the care and, at last, the poor perception of their rights as women and citizens. Less surprisingly, the women interviewed also demonstrate experience, as reported in the literature, obstacles to their integration in productive contexts of high complexity, often by function overloading.

**Keywords:** women, family, work, representation and identity.

## RESUMEN

**Mendonca, Thyara Ferreira Ribeiro. Mujeres, trabajo y familia: representaciones e identidades construidas por casadas y solteras. 2014 \_\_\_\_ f.. Disertación en Familia en la Sociedad Contemporánea - Universidad Católica de Salvador. Salvador, BA.**

Los estudios sobre mujeres y género vienen, desde el estallido del movimiento feminista en su segunda ola, ganando eco en diversas ramas del conocimiento, especialmente en Psicología y Ciencias Sociales. En paralelo, en realidad, una visión interdisciplinaria se ha requerido al mirar la objeto familia, lo que plantea nuevos enfoques y planteamientos. En esta perspectiva, este estudio se encuentra en la búsqueda de la Ciencia Social Familiar en línea, usted quiere hacer una comparación entre las mujeres casadas y no casadas, de clase media, profesionales de carrera con el fin de estudiar y analizar las representaciones sociales (SR) y los significados atribuidos por estos la familia y el trabajo categorías. En concreto, hemos tratado de identificar y analizar las representaciones sociales acerca de sus identidades, analizar cómo se articulan la familia y el trabajo, así como sabiendo lo que ofrece 'sea una carrera profesional'. Viajes a la suposición de que ajuste relacional aparece como una variable importante en la construcción de identidades y representaciones. Fueron entrevistadas cinco mujeres casadas y cinco mujeres solteras de 31 a 46 años con por lo menos a nivel universitario, con o sin hijos, las mujeres que viven con un compañero/pareja/cónyuge de ser colocado en el primer grupo las de la segunda vivir solo, en familia o con amigos. La muestra se caracteriza por ser el juicio no probabilístico, ya que los encuestados son elegidos a discreción del investigador como posibles informantes del grupo si quieres saber, ser seleccionado por el hallazgo de los actuales criterios de inclusión que figuran anteriormente. El instrumento de recolección de datos se compone de una entrevista semi -estructurada, que contiene la identificación de la información y los datos y las cuestiones relativas a las identidades y representaciones en función de los objetivos que deben alcanzarse demográficos. El marco teórico se basa en los conceptos que subyacen en el debate sobre el papel de la mujer en el mundo laboral, desde la perspectiva de los enfoques feministas postestructuralistas y teorías sobre los significados del trabajo, así como los principales retos que los puntos de la literatura a la la progresión de las mujeres en posiciones de prestigio, especialmente los casados con hijos. En cuanto a la teoría de la RS, las principales aportaciones teóricas se utilizan Moscovici (1978) y Jodelet (1989), en el campo de enfoque de procedimiento de las representaciones sociales. Los datos se analizaron mediante el uso de la IRAMUTEQ (2013) software y el análisis del discurso, de conformidad con la literatura. Los resultados sugieren que el estado de la configuración familiar/conyugal, como una variable en la construcción de representaciones e identidades de las mujeres entrevistadas. Cumplió distinciones entre las representaciones de Si (Mujer de carrera) y representaciones del endogrupo (casadas y solteras mujeres) y entre estos dos y el exogrupo (Men). En los primeros elecandos son aspectos como la sobrecarga, la falta de tiempo y las responsabilidades y segundo, respectivamente, para preservar la leyenda, y la división de tareas relacionadas con el cuidado y, por fin, la mala percepción de sus derechos como mujeres y ciudadanas. También es menos sorprendente que las mujeres entrevistadas demuestran la experiencia, como se informa en la literatura, los

obstáculos para su integración en contextos productivos de alta complejidad, a menudo por la sobrecarga de funciones.

**Palabras clave:** las mujeres, la familia, el trabajo, la representación y la identidad.

## LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RSs – Representações Sociais

RI – Representações Identitárias

RSi – Representações de Si

RExg – Representações do Exogrupo

REg – Representações do Endogrupo

TRS – Teoria das Representações Sociais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Perfil Sóciodemográfico das Participantes.....	53
Figura 1 – Representação Gráfica Sobre a Identidade da Mulher Contemporânea.....	54
Quadro 2 – Significado da Família.....	56
Quadro 3 – Significado do Trabalho.....	58
Quadro 4 – Interrelação Família e Trabalho.....	60
Quadro 5 – Representação Identitária, Positivas e Negativas e Demandas da Mulher de Carreira.....	62
Figura 2 – Imbricação Dinâmica das Representações Identitárias.....	64
Figura 3 – Modelo Empírico das Representações Identitárias de Mulheres Profissionais de Carreira.....	65

# SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	X
RESUMEN.....	XI
LISTA DE SIGLAS .....	XIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	XIV
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
1. FAMÍLIA E TRABALHO FEMININO: CATEGORIAS HISTÓRICAS SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS E INTERRELACIONADAS .....	24
1.1 O tempo, o trabalho e seus significados no capitalismo: reflexões sobre o trabalho feminino.....	25
1.2 Feminização do trabalho ou masculinização da mulher? Repensando conceitos.....	29
1.3 O novo perfil da família brasileira e a mulher profissional de carreira.....	31
2. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DE GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO .....	38
2.1 Identidade como metamorfose... ..	45
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	50
3.1. Metodologia.....	50
3.2 Conhecendo as atrizes sociais.....	52
3.3 Resultados e discussão: conteúdo das Representações Sociais acerca da família e do trabalho.....	56



<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFRERÊNCIAS / FONTES.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>82</b>
<b>Apêndice 1.....</b>	<b>83</b>
<b>Apêndice 2.....</b>	<b>84</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os tempos antigos, a figura da mulher esteve de alguma forma vinculada a esfera doméstico-familiar, em âmbito privado. Em termos de identidade social, ela apareceu sempre e essencialmente como esposa e mãe, sendo considerada cidadã apenas através do casamento, o que equivale a dizer que estava excluída de qualquer participação social ou política (SWAIN, 2000). Em Platão e Aristóteles, por exemplo, a adoção do termo ‘essencialismo genérico’ aparece para ilustrar a representação do feminino como inferior, onde o homem é aquele que organiza o social, ao passo em que a mulher desponta associada a ideia de sedução e fragilidade.

Além disto, no Brasil, na década de 60, o processo de industrialização, associado ao trabalho remunerado, favoreceu a separação entre os espaços intra e extradomésticos. O trabalho remunerado foi deslocado para a fábrica ou escritório, constituindo o trabalhar “fora<sup>1</sup>” em um domínio principalmente masculino, enquanto a mulher foi legitimada à esfera doméstica, estando apta aos afazeres relativos ao lar e ao cuidado (LAQUEUR, 2001). Com a Segunda Guerra Mundial e a conseqüente saída dos homens para o campo de batalha, as mulheres passaram a assumir muitas de suas funções para manter o sustento familiar, desembocando num deslocamento da vida feminina para os espaços fora de casa.

Aliado a isso, o conjunto de inovações, sobretudo no plano tecnológico, deu à mulher a possibilidade de escolha. A pílula anticoncepcional e a reprodução assistida aparecem então neste período – década de 60 - como símbolos da emancipação feminina, na medida em que possibilitaram à mulher o direito de decidir quando ser

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, iremos referir esta forma de trabalho como produtiva, mediante a constatação de estar vinculada ao capital ou salário. De outro modo, o trabalho destinado à mulher, no âmbito da casa, será nomeado de reprodutivo, posto estar atrelado às condições necessárias à manutenção da ordem e cuidados domésticos. Para maiores detalhamentos ver ARENDT, H., A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

mãe e em que medida deveria dedicar-se ao trabalho. Estes eventos passam a incidir também sobre a família nuclear, mediante o questionamento da posição do homem como único provedor da prole (SARTI, 2004).

Mediante estas transformações, o discurso do trabalho como fonte de emancipação para a mulher adquire força. Assim, quando falamos em empoderamento feminino, uma questão relevante é a crescente dedicação dela ao mundo produtivo, o que aumentou as suas possibilidades de inserção social. Nesta perspectiva, abordar a relação da mulher com o trabalho implica compreender também, mesmo que brevemente, o movimento do mundo do trabalho, dos modos de produção e o seu embasamento no capital, onde as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista deveu-se ao esgotamento do modelo taylorista/fordista e à necessidade de substituição desse modelo de gerenciamento técnico-científico por outro denominado toyotismo, o qual exigiu uma requalificação dos trabalhadores devido à nova divisão internacional do trabalho no sistema capitalista. No modelo de acumulação flexível (toyotista), desenvolve-se o novo conceito de competência, intrinsecamente associado aos novos cenários de empregabilidade e flexibilidade (MELLO E TURMENA, 2012).

Para tanto, a lógica da educação para o trabalho acaba por adaptar-se à lógica do mercado, já que do processo formativo está sendo exigido um trabalhador flexível, polivalente e capaz de adaptar-se a muitos empregos e, no emprego, capaz de cumprir muitas e diferentes funções. Esta realidade, que no Brasil, se inicia a partir da década de 1990, pretende aliar qualificação (saber fazer) a um conjunto de atributos pessoais (saber ser), o que acaba por despender maior dedicação ao processo formativo.

Assim, por um lado, faz-se necessário refletir que os impactos sofridos por esta nova conjuntura do trabalho têm repercutido de modo mais intenso na vida das mulheres, levando-as a se dividirem entre os universos intra e extradomésticos, uma vez que os aparatos sociais de suporte às famílias - creches, pré-escolas e escolas

em tempo integral - são precários e a responsabilidade pelos cuidados com a casa permanecem recaindo sobremaneira sobre elas (SORJ, FONTES E CARUSI, 2007).

Por outro lado, o trabalho aparece como um fator positivo para a mulher, levando-se em consideração que o seu conceito de sucesso e auto satisfação se ampliou. Na atualidade, sobretudo quando nos referimos às mulheres de classes médias e altas, fatores pessoais, profissionais e relacionais devem convergir para que experimentem contentamento. Diniz (1999) observa que quando as mulheres trabalham fora “tendem a se sentirem mais capazes como mães, tendem a gozarem de maior saúde mental e física e a terem relacionamentos mais felizes, por estes se estabelecerem em bases interacionais mais positivas ao fugirem da tendência social que coloca o homem e a mulher como opostos e inimigos” (DINIZ, 1999, p. 37).

A *posteriori*, pressupõe-se os efeitos que a autonomia feminina tem incidido sobre a vida familiar, favorecendo o adiamento do matrimônio, o rompimento de uniões e o controle do número de filhos. Em 1980, por exemplo, 70% dos arranjos familiares era do tipo tradicional, composto por pai, mãe e filhos, hoje, é menos de 50% (IBGE, 2013). Os padrões familiares, a princípio tão bem estabelecidos, têm-se alterado também em decorrência de outros fatores como o processo de urbanização e territorialização, a hibridação cultural e o já mencionado movimento de igualdade e justiça para as mulheres (GIDDENS, 1993).

Neste novo panorama, os modelos familiares atuais podem englobar casais em que as mulheres se dedicam integralmente ao lar e os homens possuem um trabalho, até aqueles em que os dois possuem uma carreira e precisam se ausentar das exigências familiares (BORGES, 2007; SILVA E ANASTÁCIO, 2010). Ao que parece, o dilema imposto à mulher, o de conciliar carreira-família, se faz presente principalmente, quando se considera aquelas que são casadas e ocupam cargos altos (HOCHSHILD, 1997). Estes exigem graus elevados de desenvolvimento profissional e progressão de carreira, por exemplo: advogadas, médicas, psicólogas e dentistas, por exemplo.

Há que se prever, também, os impasses decorrentes da conciliação entre individualidade e família, quando se tem em mente que, independente da constituição desta, os projetos pessoais continuam existindo. Estudos indicam que a opção pelo divórcio acomete de modo marcante os arranjos em que a mulher é profissional de carreira, já que enfrentam com mais intensidade conflitos e dilemas gerados pelo estilo de vida adotado (DUXBURY E HIGGINS, 1991; GILBERT E RACHILIN, 1987).

É neste contexto que se insere a atual pesquisa. De modo geral, buscou-se identificar e analisar o conteúdo das representações sociais construídas por mulheres casadas e solteiras, inseridas em uma carreira, acerca das categorias família e trabalho, a fim de evidenciar e analisar os significados atribuídos, assim como as representações identitárias enquanto profissionais de carreira. Para operacionalização dos objetivos específicos, foram entrevistadas onze mulheres, com idades entre 31 e 46 anos, sendo seis casadas e cinco solteiras, com pelo menos nível universitário, com ou sem filhos. Partiu-se do pressuposto de que a configuração familiar/estado civil poderia aparecer como variável na construção de representações e identidades.

Seria interessante dizer que por constarem na amostra mulheres solteiras, os conceitos disponíveis em torno do objeto família não sejam suficientes para abarcá-las, posto que algumas possam residir sozinhas, em casa ou apartamento, o que contraria a definição de família proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que prefere nomear esta situação como domicílio e não como família unipessoal (ALVES E CAVENAGHI, 2012).

É importante, ainda, destacar a concepção de família proposta neste estudo, vista a variedade de conceitos e definições que rondam o assunto e a diversidade de arranjos familiares existentes no Brasil contemporâneo, que vão desde a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, até os domicílios monoparentais, constituídos por uma única pessoa. Adotou-se aqui a ideia de família proposta por Martine Segalen (1999), ao enfatizar as relações de parentesco, sejam estas biológicas ou sociais, de sangue ou por aliança, e que dão conta das redes que permitem ao indivíduo se

perceber pertencente a uma conjuntura maior do que ele mesmo e que lhe servem como apoio nas suas buscas, sejam estas coletivas ou individuais. Para a autora, “à parentalidade biológica vem somar-se a parentalidade social” (p. 209).

Problematiza-se, a estreita e conflituosa relação entre os contextos laboral e familiar, buscando-se resposta para as seguintes questões geradoras: quais as representações sociais construídas pela mulher contemporânea no que se refere às categorias “família” e “trabalho”? Quais as representações identitárias construídas por estas mulheres nos dias atuais?

Portanto, espera-se que os resultados possam contribuir em duas dimensões: a científica e a social. Na primeira dimensão entender as representações sociais acerca de família e trabalho pode nos levar a construir novos conceitos no que concerne às vivências subjetivas das mulheres, bem como evidenciar noções acerca das identidades individuais e grupais sobre carreira profissional para mulheres do Brasil contemporâneo. Na segunda dimensão buscou-se apresentar proposições de intervenções nas mais diversas áreas do conhecimento humano, assim como refletir acerca das políticas públicas existentes no sentido de melhor adequar a mulher aos desafios do mundo do trabalho.

Tendo em vista a delimitação do objeto em estudo, a formulação do problema de pesquisa e a apresentação dos objetivos, este estudo se configura como de caráter qualitativo e exploratório, modalidade que “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21). Dito de outra forma, a partir do contato com as pessoas, torna-se possível conhecer sua subjetividade e também seus modos de vida, abarcando uma melhor compreensão dos sujeitos envolvidos e sua relação direta com o contexto no qual estão inseridos. A amostra se caracteriza como não probabilística e por julgamento, posto as entrevistadas serem escolhidas a critério da pesquisadora como informantes

em potencial do grupo que se pretende conhecer, isto significa dizer que suas respostas são passíveis de atender às questões e objetivos de pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada (Apêndice I), contendo informações sobre identificação e dados sociodemográficos, assim como questões relativas às representações sociais das entrevistadas no que concerne às categorias família e trabalho e suas inter-relações, assim como suas referências identitárias em torno do ser uma profissional de carreira. Os dados foram analisados mediante a análise de discurso, enfatizando este como forma de ação, o que tornou possível contextualizar as informações obtidas e acrescentar dimensões não previstas no quadro teórico exposto (GILL, 2002; CAMARGO, 2013).

A dissertação está esboçada em três capítulos. No primeiro, intitulado **Família e trabalho: categorias históricas socialmente construídas e inter-relacionadas** buscou-se abordar a multiplicidade de vertentes epistemológicas e disciplinares sobre os significados do trabalho e família, partindo-se da concepção de que o significado e valor atribuído a estas dimensões da vida estão fortemente determinados e atrelados às questões e condições culturais, sociais e históricas, o que equivale a dizer que nem todas as pessoas os experimentam de forma semelhante, apesar de compartilharem a mesma esfera macrossocial. Tentou-se, neste capítulo, descrever os diferentes modos de vivência do trabalho para a mulher, sobretudo a mulher de carreira, no intuito de problematizar as representações oriundas das vivências desiguais entre estas e os homens. Partimos da noção de tempo (produtivo/reprodutivo) e espaço (público/privado), postulando serem estas as principais dimensões constitutivas das diferenças relativas ao trabalho masculino e feminino, assim como das representações em torno deste e do constructo família. Para isso, o capítulo foi subdividido em duas partes: o tempo, o trabalho e seus significados no capitalismo: reflexões sobre o trabalho feminino e, por último, o novo perfil da família brasileira e a mulher profissional de carreira.

No segundo capítulo, nomeado **Contribuições da teoria das Representações Sociais para o estudo de gênero, família e trabalho** buscou-se entrelaçar a teoria das Representações Sociais como fundamento teórico e metodológico, enveredando-se pelo caminho dos discursos e seu entrelaçamento com a cultura, identidades e contexto social mais amplo, mediante a constatação da linguagem como principal mediador e construtor das identidades e representações sociais.

No terceiro capítulo, **Considerações metodológicas, resultados e discussão** foi exposto o percurso metodológico utilizado, contemplando os objetivos, método, amostra e instrumento de coleta de dados, seguido pela exposição do perfil das participantes, no tópico dois. Os **resultados e discussões** constam no item três deste capítulo, seguido pelas **Considerações finais**, onde buscou-se a proposição de intervenções e estratégias de ação a partir dos resultados e eventuais entraves encontrados no decorrer da pesquisa.



# 1. FAMÍLIA E TRABALHO FEMININO: CATEGORIAS HISTÓRICAS SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS E INTER-RELACIONADAS

Tempo é um símbolo de uma relação que um grupo humano estabelece entre dois ou mais processos, dentre os quais um toma como quadro de referência ou medida os demais (ELIAS, 1998, p. 56).

Serão evidenciados neste capítulo, as interinfluências e impasses decorrentes da conciliação de família e trabalho, como as especificidades quando se está analisando estas temáticas sob o recorte mulher/gênero, como por exemplo, o uso e sentido do tempo (produtivo/reprodutivo). As considerações serão feitas no intuito de contextualizar as relações da mulher com os dois constructos: família e trabalho.

Admite-se aqui, que a dinâmica laboral de homens e mulheres foi, no decorrer dos tempos, se adaptando a aspectos internos e externos à família, seja pelas necessidades econômicas da mesma ou pelos valores sociais relativos ao trabalho e aos papéis de gênero. Supõe-se então, que a relação da mulher com o trabalho dependa, em grande parte, da maneira como se compõe o grupo familiar do qual ela faz parte, onde os papéis domésticos em geral recaem com maior vigor sobre aquela que é casada, ao mesmo tempo em que o impacto do trabalho exercido fora do lar incide mais intensamente sobre as que têm filhos pequenos. Por outro lado, a renda proveniente do trabalho feminino, sobretudo das casadas, ainda está relacionada a um provimento extra, destinado, sobremaneira às necessidades secundárias, como a utensílios de domésticos e roupas infantis, por exemplo, o que nos leva a pensar que o próprio trabalho da mulher é visto tanto na família quanto na sociedade, como de importância secundária (BARBOSA E CAVALCANTI, 2008).

Estas considerações implicam, pois, a abordagem das temáticas sob uma perspectiva interdisciplinar, que contemple a complexidade das tramas e valores agregados.

## **1.1 O tempo, o trabalho e seus significados no capitalismo: reflexões sobre o trabalho feminino**

Atribuir significado é um processo cotidiano. Varia individual e subjetivamente. O sujeito é ativo quando o faz e imprime nele suas habilidades, valores e intenções, obedecendo aos ditames da sua cultura e momento histórico, sendo por isso mesmo, passível de constantes reelaborações. O trabalho, por sua vez, usufrui de amplo valor social e individual. Através dele o homem cria sentidos existenciais, demonstra status, estrutura a sua identidade e é capaz de operacionalizar a própria vida no mundo, por meio da atividade que executa. Do ponto de vista coletivo, aparece como ordenador da vida conjunta, mediante a constatação de ser o lugar da construção do sujeito e o meio pelo qual este pode se expressar e contribuir com uma melhor adaptação da vida na face da terra (FISKE, 1992).

Variando no contexto mais amplo, as pessoas e as gerações também modificam as suas representações sobre ele, num processo incessante de reedições e ajustes (CODO, 1995; BORGES, 1998; ANTUNES, 1999). A relevância do trabalho para a existência humana justifica, pois estudos nos quais se leva em consideração os sentidos e representações acerca do mesmo.

Para Schanapper (1998) através do trabalho estabelecemos conexões entre tempo e espaço, sendo que o tempo de trabalho profissional aparece para conferir sentido aos outros tempos que compõem a vida do indivíduo, fazendo com que o tempo reprodutivo, associado às atividades de lazer e convivência familiar, por exemplo, esteja subjugado àquele destinado ao labor. Em tempos de capitalismo, estas configurações surgem de modo ainda mais acentuado. Partindo-se desta premissa, os conceitos de tempo produtivo, associado ao capital e reprodutivo, associado ao trabalho não remunerado, assim como os conceitos de espaço (público e privado) assumem importante relevância quando se estuda o trabalho feminino, sem esquecermos que a família, nas suas múltiplas dinâmicas, esta implicada nestas considerações.

Três características principais definem o trabalho produtivo na contemporaneidade: a compulsoriedade pelo trabalho; suas implicações sobre o tempo de trabalho, o que Marx (1985) definiu como “subsunção real do trabalho ao capital” e a terceira, o capitalismo não foi capaz de eliminar a necessidade de um tempo necessário para o descanso e lazer de homens e mulheres (DEDECCA, 2004, p. 94-95).

Nestes padrões, o capitalismo desproveu o trabalhador do controle sobre o trabalho e o tempo utilizado para executá-lo. Este poder passou a ser exercido por aqueles que são capazes de acumular mais riquezas por meio da gerência do processo produtivo. A atividade produtiva passa a pertencer à esfera pública, isto é, “deixa de fazer parte da vida para se tornar um meio de ganhar a vida” (GORZ, 1982, p. 36). As jornadas de trabalho passam a ser ampliadas e isso encontra respaldo na população, uma vez que o consumo, quase sempre desnecessário, passou a estar associado a ideia de status e poder social. Por tudo isso, “o avanço da máquina capitalista criou, e continua criando, uma recorrente tensão na distribuição do tempo diário entre seu uso para a produção econômica e a sua utilização para a reprodução social, física e mental”, com impactos acentuados para a mulher imersa nas relações de produção (BECK, 1998; DEDECCA, 2004, p. 24).

Historicamente, o debate sobre o uso do tempo associado ao trabalho, no Brasil, encontra-se vinculado aos estudos de gênero. Dentre outros, Madeira e Singer (1973), Saffioti (1976) e Oliveira (1976) procuraram discutir o papel funcional que o tempo reprodutivo, ou seja, aquele não remunerado, executado geralmente em casa, desempenha para a manutenção do trabalho produtivo, remunerado e, posteriormente, para a acumulação e geração de riquezas pessoais ou no país. Ainda assim, os movimentos de mulheres no Brasil tem amplamente defendido o reconhecimento dos tempos dedicados no lar, embasados na ideia de invisibilidade do trabalho feminino (MELO e CASTILHO, 2009).

A exemplo de países norte-americanos e europeus, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD), passou a investigar as formas de trabalho ocorridas nesta esfera invisível do lar, além de considerar as jornadas produtivas inferiores a 15 horas semanais no geral exercidas pela mão de obra feminina. Estas medidas denunciaram uma menor responsabilidade do homem na organização familiar, fazendo com que as tensões entre as dimensões do uso do tempo sejam maiores aqui, quando se utiliza o recorte de gênero, principalmente quando a mulher tem filhos.

Neste prisma, diferentes modelos são possíveis quando nos referimos à mulher e ao trabalho. Num primeiro momento temos aquelas que se ocupam exclusivamente das tarefas domésticas e não são pagas por ele, entrando nas estatísticas como inativas, até aquelas que se dedicam a um trabalho remunerado em tempo parcial ou integral, em regime de emprego ou carreira. Medianamente aparecem as mulheres que trabalham sem vínculos empregatícios, as quais não possuem seus direitos assegurados e constam nas estatísticas também como inativas (IPEA, 2013). Em qualquer caso e quando se analisa a sua participação na família, a inserção da mulher na vida ativa se apresenta quase sempre de forma desigual quando comparada à dos homens. Isso nos leva a pensar que a divisão conjugal e sexual do trabalho acaba sendo o reflexo das elaborações simbólicas e socialmente compartilhadas associadas ao gênero, necessitando, por isso mesmo, de constantes reflexões em torno do assunto (BENERÍA, 1988; KERGOAT, 2000; ÁVILA, 2002; HIRATA, 2002; CARRASCO, 2005; ROCHA e FERREIRA, 2006).

O trabalho feminino era socialmente aceito se isso justificasse a sua sobrevivência, ocorrendo, sobretudo em casos de viuvez. À medida que a sua remuneração passou a ser relevante às necessidades de consumo da família e, paralelamente, à sua realização pessoal a presença feminina nos postos de trabalho passou a ser viável, mesmo sendo casada (PERROT, 2001, 2002; DEL PRIORE, 2001). Desse modo, como observam Bruschini e Lombardi (2000) o estado civil é também um fator relevante para que a mulher se mantenha dentro ou fora do mercado de trabalho, sendo que as mulheres casadas teriam uma presença menor do que as mulheres solteiras ou viúvas neste contexto.

Apesar de ser um tema em destaque, a conciliação carreira/trabalho-família nem sempre fez parte da vida das mulheres. Somente a partir da Revolução Industrial a presença feminina passou a contar, de modo mais intenso, no meio público, sendo representadas ainda como “*standbys*” e estando mais vulneráveis a trabalhos pouco expressivos e sem representação formal. “Após anos de exclusão, hoje já é possível notar algumas mulheres ocupando cargos de destaque, mesmo com alguns componentes de exclusão, como os baixos salários” (ROCHA-COUTINHO, 2003, p. 26). As mulheres que continuam a trabalhar depois da maternidade geralmente vivenciam uma carreira marcada por idas e vindas, na medida em que se vêem tendo que conciliar universos tão demandantes e distintos, ainda se considerarmos, no mundo contemporâneo, a menor rigidez na divisão das tarefas domésticas (HAREVEN, 1982).

Além da maior flexibilidade em torno dos papéis exercidos na família, outras mudanças incidiram sobre o contexto proposto nesta pesquisa, como por exemplo, a representação da conjugalidade dissociada da maternidade, o que ocasionou a queda na taxa de natalidade, assim como aumentou a idade de nascimento do primeiro filho (GOLDANI, 1994; SCAVONE, 1995; STRATHERN, 1995; DIAS, 2007).

Assim, a abordagem dos tempos no mundo moderno mostra como os indivíduos e as famílias estruturam as suas atividades no dia a dia, tendo em conta as circunstâncias econômicas, culturais e sociais, que fazem com que homens e mulheres estabeleçam diferentes vínculos identitários com estes dois constructos. Por exemplo, os homens tendem a perceber a carreira profissional como uma presença constante ao longo das suas vidas, enquanto as mulheres encaram-na apenas como uma parte (JELIN, 1994).

A sincronização dos padrões de vida laboral com a vida familiar é, pois, uma demanda contemporânea. Os diferentes padrões em torno do tempo convergem por meio da interdependência das responsabilidades familiares e as imposições econômicas, englobando também contextos institucionais, nomeadamente as escolas, a legislação e as oportunidades de trabalho e remuneração. Por fim, deve-se

reafirmar que neste trabalho, parte-se da hipótese de que a configuração relacional exerce influência no modo como a mulher vivencia estes paradoxos, já que as decisões e representações dos indivíduos não estão exclusivamente dependentes das suas preferências, mas atrelados às necessidades e demandas da família e demais instituições (HAREVEN, 1982, ALMEIDA, 2003; NOVAIS, 2010).

No próximo tópico, buscar-se-á discutir e questionar os destinos de gênero no universo laboral, permitindo-se perceber que as cristalizações dos papéis sexuais, os quais são socialmente construídos, condicionam a participação dos homens e das mulheres no mercado produtivo, assim como definem representações sobre o que significa o trabalho para estas mulheres e o lugar ocupado por elas no contexto social.

## **1.2 Feminização do trabalho ou masculinização da mulher? Repensando conceitos**

Quando se pensa sobre o trabalho, sobretudo o feminino, as análises em torno do mesmo abrangem aquele que está relacionado à produção. A reprodução<sup>2</sup> é tida apenas como apêndice do processo produtivo. Essa divisão impõe ainda outra nuance: há trabalhos destinados aos homens e outros às mulheres, e o trabalho dos homens, hierarquicamente, vale mais do que o trabalho delas. Em virtude disso, a estrutura das relações sociais de gênero passa a se constituir como relações de poder, estando representada por dominadores e dominados, seja por meio do recorte de classe ou de gênero (BOURDIEU, 2010).

O estudo da participação das posições ocupadas pelas mulheres na sociedade pressupõe, pois o repensamento das ideologias implicadas, as quais dizem do público versus privado, da produção versus reprodução e dos usos e significados do tempo, o que significa recorrer a uma análise que contemple mercado de trabalho, trabalho doméstico e as hierarquias de gênero, tornando possível aprofundar a compreensão

---

<sup>2</sup> Por este motivo, Hannah Arendt (2007) atrela o trabalho realizado pelas mulheres à servidão ou lugar do não sujeito.

de eventuais desigualdades, onde a “conjugalidade e a maternidade materializam a ideia de família e consagram o papel da mulher essencialmente como esposa e mãe” (ROCHA E FERREIRA, 2006, p. 26).

Sob esse prisma, o pensamento moderno instituiu a separação entre estas duas esferas, ao passo em que polarizaram também o ideal masculino e feminino. A organização taylorista do trabalho e o consumo em massa deram vida a um trabalhador dependente de um salário, constituindo o capital um valor comum para a sociedade. A separação da vida em privada e pública seria então o pano de fundo a partir do qual se discutirá o tema proposto, considerando-se relevante questionar os lugares femininos que essa estrutura impõe. Sendo o trabalho feminino menos valorizado, torna-se mais útil o homem dedicar-se ao trabalho remunerado, enquanto a mulher está subjugada aos ritmos familiares (TORRES, 2002).

O lugar e a identidade de homens e mulheres se estabelecem então como ordenadores da vida social, estando assegurados por uma fronteira de papéis entre a família e o sistema ocupacional. Não obstante, as relações de poder e dominação extrapolam os limites do público e passam a se estabelecer de modo mais intenso no interior das casas, impondo à mulher a busca pela inserção no mercado de trabalho. Primeiro pela própria necessidade de deter poder, conseguido por meio da produção e acúmulo de capital e segundo pela própria sedução do mercado, que passa a absorver esta mão de obra, mesmo representando um trabalho de menor valia.

Desta forma, surge o modelo conjugal de duplo emprego/carreira, mas ainda persistindo a falta de proteção social para a mulher, em decorrência, dentre outras coisas, da ausência de equipamentos sociais e políticas públicas capazes de amenizar os impasses decorrente da conciliação entre família e trabalho. As tarefas domésticas diminuíram, principalmente em decorrência do incremento tecnológico, mas continuam a ter um peso relevante no tempo das mulheres, fazendo com que o trabalho doméstico associado à ideia de constituir uma responsabilidade feminina ainda apareça como “uma estrutura material e mental de longa duração” (REBELO, 2002, p. 130). Além disso, as concepções socialmente construídas em relação aos papéis sexuais

dificultam a integração das mulheres em profissões em que domina uma cultura masculina.

Acresce referir que o acesso ao ensino superior facilita a presença das mulheres em profissões técnicas e científicas, mas apesar de se aproximarem das chefias, mantêm-se em lugares intermédios, existindo em menor presença nas direções, centros de decisão empresarial e nas categorias superiores das estruturas organizacionais. Ainda de acordo com estas autoras, são as mulheres mais jovens que se inserem em lugares de destaque, já que essas funções exigem especialização e capacitação contínuas, o que requer maior dedicação (NOVAIS, 2010; OLINTO, 2011).

Partindo da constatação de que a ascensão profissional é mais difícil para a mulher, vale destacar que, procura-se nesta pesquisa, conhecer as representações que a mulher de carreira constrói em torno dos objetos família e trabalho e de que forma interrelaciona estas duas esferas da vida. Consideramos que a mulher inserida em uma carreira representa um grupo seletivo, na medida em que conseguiu romper muitas barreiras que têm, historicamente, impedido o sexo feminino de se realizar plenamente no trabalho. Partiu-se da hipótese de que mulheres com diferentes perfis familiares – casadas e solteiras - se diferenciam no que se refere a estas representações. Cabe agora conhecer o significado do termo ‘mulher profissional de carreira’ e a dinâmica envolvida neste perfil.

### **1.3 O novo perfil da família brasileira e a mulher profissional de carreira**

A primeira evidência quando se verificam os dados do último censo, é o crescimento das uniões informais, das separações e dos divórcios. As imposições econômicas, a emancipação feminina, a queda nas taxas de fecundidade, a diminuição da burocracia para o divórcio foram alguns dos fatores que contribuíram para os atuais perfis de família. Enquanto os casamentos caíram de 37% para 34,8%,



o número de divorciados quase que dobrou, passando de 1,7% da população para 3,1% em dez anos. O número de casais sem filhos passou de 15% para 20,2%. Do total de casais com filhos, 27,4 milhões, 16,3% vivem com enteados, configurando o que o IBGE nomeia de 'famílias reconstituídas' ou em 'mosaico'. Dos casais gays, 60 mil, um pouco mais da metade (53,8%), são formados por mulheres. Deste total, 25,8% disse ter curso superior completo, índice superior à média nacional, que é de apenas 8,3%. O número de lares chefiados por dois cônjuges também aumentou, chegando a 62,7%. O número de lares chefiados por mulheres atingiu 37,3%, sendo que era de 22,2% em 2000 (ALVES E CAVENAGHI, 2012; IBGE, 2013).

Os casais sem filhos seriam os com renda per capita mais elevada, sobretudo quando ambos trabalham. O número de pessoas que opta por esse arranjo chega hoje a cinco milhões e seiscentos mil. Os homens seguem se envolvendo pouco com as tarefas do lar, principalmente quando da ocorrência de filhos. Constatou-se também que o Brasil segue como um país eminentemente feminino. São cinco milhões a mais de mulheres do que homens. Isso tem gerado um descompasso no 'mercado matrimonial' posto que elas ficam viúvas mais cedo, em virtude da sobremortalidade masculina e eles conseguem se casar com mulheres mais jovens (ALVES e CAVENAGHI, 2012; IBGE, 2013). Outros dados indicam que houve um maior aumento de lares monoparentais femininos do que masculinos, que seriam aqueles formados por um homem ou uma mulher e filhos. O número de lares unipessoais feminino passou de 2,8% em 1980 para 6,2% em 2010, quase se equivalendo ao número de homens, que é de 6,5%. A opção pela carreira e o adiamento da maternidade desencadearam este aumento do número de mulheres de 30 a 59 anos morando sozinhas (IBGE, 2013).

Nesta dissertação, nos referimos à carreira enquanto ascensão profissional em uma mesma estrutura organizacional ou ainda a execução de uma mesma profissão em diferentes contextos. De qualquer modo, considera-se a busca pela elevação de status profissional, social, cultural e econômico como requisito conceitual. Podemos diferenciar carreira e trabalho, basicamente, a partir da noção de tempo e investimento deste. Enquanto o trabalho representa a experiência imediata, a carreira remete às

experiências de trabalho acumuladas na vida inteira de uma pessoa desempenhando um papel decisivo na construção de significados, de auto desenvolvimento e auto realização (HALL E HERAS, 2010).

Quando trabalhamos, buscamos alcançar certos objetivos pessoais, satisfazer algumas necessidades ou pôr em ação nosso desejo. Nesse nível, o trabalho faz parte da construção de nossa identidade, pois, ao mesmo tempo em que ele nos permite ter um lugar ou *status* social, também nos possibilita organizar nossas narrativas pessoais acerca de quem somos. É precisamente nesse ponto que emerge a ideia de carreira, pois ela é, ao mesmo tempo, uma forma pessoal de construção de significados na experiência de trabalho (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 435).

A noção de carreira também faz menção aos aspectos que não são apenas individuais. Eles dizem das imposições organizacionais e sociais. Neste sentido, deve-se considerar a disponibilidade das instituições e sociedade em possibilitar o desenvolvimento profissional dos indivíduos, mesmo que isso dependa, sobremaneira, das suas escolhas e disposições para tal. Dito de outro modo, o trabalho é uma instituição social e como tal está atrelado ao momento histórico, onde as profissões e ocupações representaram uma primeira noção do que se conhece hoje como carreira (DUTRA, 2010).

Martins (2001) conceituando carreira faz referência à noção de avanço, com a expectativa de progressão vertical na hierarquia de uma organização, à qual se associa a metáfora de escada, que é acompanhado de sinais de crescente status e de ganhos financeiros. Uma mulher de carreira seria aquela que ingressou e obteve uma formação acadêmica e, a partir daí, dedicou tempo e dinheiro para se tornar uma profissional cada vez mais competente em uma mesma área de atuação. Participa de cursos, eventos, congressos ou qualquer outra modalidade de aperfeiçoamento profissional com certa frequência. Pode-se recorrer ainda ao critério de tempo dedicado à execução diária da profissão, onde mulheres de carreira seriam aquelas que acabam por se dedicar demasiadamente às questões relacionadas ao trabalho, em detrimento da família.

Em termos de dinâmica de vida, temos que os impasses decorrentes da conciliação família/trabalho são mais acentuados aqui. São anos e anos voltados ao aprimoramento e à ascensão profissional. Estes recursos são empregados no ambiente extra doméstico, em detrimento do investimento direto em casa e nos filhos. Em virtude das essencializações dos papéis de gênero, é com esforço e em meio a muitas conciliações que uma mulher consegue isso, quase sempre em meio a conflitos e acusações de que não tem cumprido o seu papel na esfera doméstica.

Por tudo isso, quando falamos de uma mulher profissional de carreira, casada, ainda nos referimos a um grupo particular. Não raro, nos deparamos com aquelas que, em virtude das barreiras encontradas, abrem mão ou da carreira ou do casamento. A aceitação desta nova identidade feminina ainda esbarra na coexistência de discursos contraditórios e paradoxais. Para ilustrar esta ideia, a pesquisa de Rocha-Coutinho (2004, p. 09) encontrou o acúmulo de múltiplas demandas para a mulher de carreira. “Para nossas entrevistadas, a mulher de hoje deve ser múltipla: profissional competente, culta, inteligente, boa dona de casa, mãe zelosa, sem deixar de cuidar da aparência e investir na saúde”.

Uma das formas encontradas pelas entrevistadas para conciliar o antigo discurso sobre o feminino com o discurso mais moderno e atual foi situar as questões em termos de “escolhas pessoais”. Isto é, as pessoas não mais precisam se submeter a papéis pré-estabelecidos. Elas têm liberdade de escolher como querem viver suas vidas, fazendo o que for melhor para elas. Este ponto aparece na decisão de ter ou não filhos, casar ou não casar, investir ou não em uma carreira profissional, tomar ou não a iniciativa nos relacionamentos amorosos, entre outras. As pessoas, assim, tanto podem escolher repetir o discurso anterior, “antigo”, como optar pelo “moderno”. Mas a opção das entrevistadas foi, geralmente, pelo meio termo, uma tentativa de conciliação entre os dois. Ou seja, o discurso da “escolha” situa a mulher entre possibilidades que causam impasses que não são vistos como tal (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 15).

A massiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo as de nível universitário, por volta dos anos 70, nos leva a constatar que as responsabilidades domésticas, apesar de se configurarem como um empecilho, não impedem, isoladamente, o ingresso delas em carreiras de prestígio. Conforme apontam dados do último censo, na população masculina de 25 anos ou mais de idade, o percentual de homens com curso superior completo foi de 9,9%, enquanto que, na população

feminina, esses indicadores foram de 12,5%. Além disso, o nível de ocupação das mulheres com pelo menos curso superior completo foi mais do dobro daquele das sem instrução ou com o fundamental incompleto (BRUSCHINI, 2006; IBGE, 2013).

No passado e ainda hoje, o impedimento de poder ingressar em cursos de formação e, a *posteriori*, em carreiras e ocupações socialmente relevantes é o foco para que o trabalho feminino continue a se perpetuar como um trabalho de menor valor. Em alguns países da América Latina, por exemplo, a redução da jornada de trabalho com redução de salário atinge prioritariamente as mulheres, justificando muitas vezes a necessidade de voltar a se dedicar exclusivamente à família (BRUSCHINI, 2006; ÁVILA, 2010).

Com relação à participação da população no mercado produtivo, o crescente impulso de ingresso feminino se refletiu na elevação do nível da ocupação das mulheres, de 35,4%, em 2000, para 43,9%, em 2010, mais acentuada que a dos homens, que passou de 61,1%, em 2000, para 63,3%, em 2010. Isso representou o aumento de 24,0%, na taxa da ocupação feminina, e 3,5%, na da masculina, de 2000 para 2010. Temos que as mulheres de nível universitário são as que mais alcançam inserção no mercado, assim como são as que mais despendem tempo ao trabalho produtivo ou voltado para o mercado (ARAÚJO E SCALON, 2005; IBGE, 2013). Nas Grandes Regiões, o aumento neste indicador das mulheres variou de 20,9% a 28,4%.

De outro modo, mulheres com baixo nível de escolaridade tendem a uma maior dedicação às tarefas reprodutivas, ou seja, relacionadas ao cuidado com a casa, pessoais e com os filhos (DEDECCA ET AL., 2008). Em outro estudo, Mello e Castilho (2009) encontraram que tanto homens quanto mulheres passam a dedicar menos tempo às tarefas domésticas à medida que se profissionalizam, o que nos leva a crer que recorrem aos serviços de terceiros. Apesar desta aproximação, as mulheres continuam dedicando mais horas a esta finalidade do que os homens, independente do grau de escolaridade, valendo ressaltar que o Nordeste registra o menor índice de participação masculina neste tipo de atividade. As mulheres têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa, ganham menos e trabalham

mais. Entre os casais com filhos, por exemplo, a renda das mulheres chefes de família representa 73% da renda média de seus maridos. Outros dados apontam que, à medida que progredem em termos educacionais, as mulheres experimentam maiores disparidades entre os seus salários e o dos homens.

No Brasil, as pessoas com nível superior têm rendimentos muito maiores do que as demais, valendo-se ressaltar a crescente participação econômica das mulheres com curso superior, que já ultrapassou a metade desses trabalhadores com alta escolaridade (LEONE E BALTAR, 2006). Como consequência, a maior independência econômica feminina - 42% da renda familiar vem das mulheres - acaba por originar um maior índice de mulheres que moram sozinhas ou que, mesmo casadas, ganham mais que seus maridos, quando não o fazem por terem ficado viúvas. A expansão das vagas dos cursos superiores, buscando atender a uma parcela da população eminentemente feminina, aliada às transformações pelas quais passaram as profissões, em direção à especialização e ao assalariamento, marca a “estruturação das novas identidades de gênero, fazendo com que surja, a partir dos anos 90, um quadro de bipolarização das trabalhadoras brasileiras, de um lado estando profissionais altamente qualificadas e, no outro extremo, trabalhadoras com baixos índices de escolarização” (HIRATA, 2002, p. 96).

Além disso, a participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente quando nos referimos aquelas com cargos altos, dado o alto grau de exigência destes, geralmente se dá por meio de rupturas e retrocessos, mesmo que o seu rendimento seja fundamental para o provimento doméstico. No geral, ainda cabe à mulher abrir ou adiar os planos de carreira em detrimento dos planos coletivos da família. Acrescido a isso, estão imersas em postos de trabalho dominados pelos homens. Ou precisa gerenciá-los ou conviver maciçamente com eles no dia-a-dia (ROCHA, 2013).

Dois temores surgem quando desta convivência. Primeiramente a mulher se sente inclinada a agir como homem, para que possa se firmar como profissional sem ser acusada do uso de sua sexualidade e em segundo lugar teme a perda de sua

feminilidade. Tanure, Carvalho Neto e Andrade (2007), afirmam que a angústia desta mulher reside justamente na infinitude de possibilidades. Essa dinâmica desencadeia uma incidência maior de fatores relacionados ao estresse e seus sintomas e resultam em distúrbios emocionais, dores crônicas, indisposição, problemas afetivos e transtornos alimentares, segundo os autores.

Nesta perspectiva, percebe-se que o mercado de trabalho não se preparou para acolher e administrar a carreira da mulher. De modo geral, os modelos tradicionais de carreira têm também ignorado, sistematicamente, a importância da relação entre o trabalho e a família. Se as mulheres são responsáveis sobremaneira pela criação e educação dos filhos, é com imenso desgaste que o fazem, falta-lhes tempo e disposição para tal. Por outro lado, enfatizam Hewlett e Rashid, (2012) estas mulheres apresentam níveis impressionantes de compromisso com o trabalho - 81% das mil mulheres pesquisadas por eles afirmaram que “amam” seu trabalho e 95% apresentaram-se fiéis a organização, com intenção de se manterem na empresa por três ou mais anos.

Para estas mulheres, a plena realização é atingida quando conseguem equilibrar vida pessoal e profissional. A exigência delas é autodirecionada, uma vez que não se queixam de falta de apoio ou outras coisas, apenas fazem menção a necessidade de mais tempo, apesar da instabilidade inerente a situação em que vivem. Apontam também o reconhecimento profissional e a justa remuneração como indicativos de cidadania e satisfação com o trabalho. Isso geraria, para elas, uma elevação da autoestima e da capacidade de lidar satisfatoriamente com todos estes impasses (MALUF E KAHHALE, 2010).

Estabelecida a problemática a que se propõe este estudo, tentar-se-à, nos próximos tópicos, enveredar pelos aportes teóricos e metodológicos a partir dos quais se pretende analisar os questionamentos propostos. Para tanto, buscaremos justificar a escolha pela teoria das Representações Sociais, partindo-se do pressuposto de que esta teoria pode dar conta das lacunas deixadas pelo modo positivista de fazer ciência,

por meio do androcentrismo, essencialismo e estruturalismo imperantes nos estudos de gênero.

## **2. CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DE GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO**

A teoria das representações sociais, por ser transversal e estar na interface dos fenômenos individual e coletivo, tem a vocação de interessar a todas as ciências (JODELET, 1989).

Proposta pelo psicólogo francês Serge Moscovici (1961), a teoria das Representações Sociais (RSs) é uma abordagem psicossociológica interessada no processo de construção do pensamento social. Tem sido utilizada pelas mais diversas áreas da ciência com o intuito de se estudar a concepção de mundo que os indivíduos ou grupos utilizam no seu dia a dia, integrando e relacionando este sistema representacional ao contexto sócio histórico circundante. Sob esse aspecto, as RSs seriam lógicas do senso comum, ciências coletivas, através das quais se dá o processo de interpretação, construção das realidades sociais, a forma de agir e de se posicionar dos grupos e pessoas. Enquanto derivada da Psicologia Social, a teoria das RSs trás no seu cerne a tensão criativa entre indivíduo e sociedade, buscando o não privilegiamento de um em detrimento do outro.

Abric (1998) se refere às RSs como um reflexo complexo da realidade, uma organização significativa, onde a reestruturação interna da realidade integra características objetivas do objeto representado, fazendo com que os indivíduos se identifiquem ou não com este objeto a partir do seu sistema pessoal de valores e normas, mediante experiências anteriores e acumulação histórica, os quais são também produtos da interação social. Esta realidade reapropriada constitui, para o indivíduo ou grupo, a própria realidade e é esta reapropriação que influenciará o

sujeito no que concerne às suas atitudes e modos de enfrentamento da vida. Entende-se, pois, que o modo como as mulheres entrevistadas se apropriam desta realidade circundante, sobretudo no que se refere a aspectos centrais da vida, como a família e o trabalho, reflete na sua identidade e nas representações construídas em torno destes constructos e, finalmente, no modo com lidam com os impasses decorrentes da conciliação de ambos.

Nesta perspectiva, a compreensão da atividade simbólica se torna imperativa. Através dela torna-se possível a internalização dos símbolos e signos sociais, o que por sua vez possibilita a evocação de presença apesar da ausência (JOVCHELOVITCH, 2003). O eu ou as identidades se constituem também na relação com o outro, sendo possível a construção/reconstrução das individualidades. Mesmo sendo comum a todos os seres humanos, esse encontro nunca ocorre de forma igual para todos. As trajetórias individuais e ambientes não compartilhados acabam por dar forma àquelas características peculiares, que definem as identidades sociais. O simples fato de ser casada ou solteira, por exemplo, já direciona as pessoas para construções identitárias bastante particulares, fazendo com que estabeleçam diferentes noções nestes termos. Falaremos disso em outro momento, já que também nos interessa conhecer e analisar as identidades sociais das mulheres pesquisadas. Vale ressaltar, que o pertencimento a um determinado grupo não significa, necessariamente, que as identidades dos seus integrantes são genuinamente semelhantes. Ao contrário, mesmo compartilhando estes espaços simbólicos, cada mulher os internaliza de modo particular, mesmo preservando aspectos em comum.

Esta dimensão ampla, comum, é concebida por Moscovici (2001) como a dimensão central, a outra, individual, é nomeada por ele como dimensão lateral. A primeira se refere ao pertencimento a uma dimensão macro, representada pelo país, cultura com uma história e uma memória social, enquanto a segunda está relacionada ao nível micro (parcela particular do mundo social). Estas duas dimensões, como já foi dito, estabelecem uma relação dialética, visto que, ao passo em que se constituem como sujeitos, as pessoas contribuem para a construção da realidade circundante, num movimento incessante de construção e reconstrução social e identitária.



Fatalmente, essa teoria preconiza o conhecimento dos fenômenos sobre essas duas bases. A partir disso, tem-se a amplitude do que se quer conhecer.

Buscando dar conta desta totalidade representacional, o roteiro de entrevistas pretendeu contemplar aspectos que dizem do pertencimento grupal e representações de si, ou aspectos de ordem micro – quem é a mulher contemporânea; o que caracteriza o ser uma profissional de carreira – até aspectos externos a estas mulheres, ou de ordem macro – qual o significado da família e do trabalho. Por fim, os modos de enfrentamento, sendo tidos aqui como o resultado da interação dos itens anteriores, pretendeu dar conta dos valores e atitudes frente à conciliação destes dois setores. Esta postura, como já foi dito, busca evitar determinismos e reducionismos e dar conta da amplitude do fenômeno pesquisado. Com este intuito, o capítulo primeiro pretendeu contextualizar as relações que a mulher estabeleceu com a família e trabalho no decorrer da história, evidenciando que as representações e identidades encontram correspondência no modo como se estruturaram estas relações.

Nessa perspectiva, Jodelet (2001) nos trás que as representações sociais são fenômenos complexos sempre acionados na vida social. Nelas estão envolvidos elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, opiniões e imagens, formando uma totalidade significativa, responsável por nortear e organizar as condutas, as transformações e as comunicações sociais. O processo de construção das RSs apresenta, então, duas dimensões: uma vivida, relacionada a “um estado que o sujeito experimenta e sente de maneira emocional” e outra cognitiva, relacionada à construção da realidade por meio da experiência. Por isso mesmo, a compreensão das experiências vividas é de suma importância no processo de construção destas mesmas representações (SILVA, TRINDADE e JUNIOR, 2012, p. 12).

O termo representações sociais se originou através do conceito de Representações Coletivas de Durkheim (1963), de modo que a teoria pode ser caracterizada como um campo multidisciplinar ou interdisciplinar, a partir do momento

em que foi influenciada e recebeu contribuições de outras áreas das Ciências Sociais, como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e, sobretudo a Psicologia Social.

Talvez em virtude dessa gama de influências, os estudos em representações sociais apresentam três diferentes vertentes, a saber: dimensional, estrutural e dinâmica, sendo que cada uma delas tem uma forma particular de analisar o processo representacional (TORRES, 2002).

Para a abordagem dimensional, desenvolvida por Moscovici (1978), as representações sociais se organizam de acordo com as proposições, reações ou avaliações de cada classe, cultura ou grupo, mediante três dimensões: a informação, o campo e a atitude. Explorando estes componentes, temos que a informação designa o conjunto de conhecimentos relativos ao objeto. Quanto maior for a quantidade de informação, mais elaborada é a representação. Como os indivíduos não dispõem da globalidade de informações, apenas certos aspectos do objeto são conhecidos, sendo o conjunto destes aspectos o campo da representação. Por último, à orientação global dos indivíduos (favorável ou desfavorável) em relação ao objeto dá-se o nome de atitude.

Por outro lado, a abordagem estrutural entende que toda representação social é dividida em elementos centrais e periféricos, onde os primeiros são mais resistentes à mudança. O núcleo central de uma representação social é composto por elementos normativos (padrões sociais e ideologias) e funcionais (características descritivas e condutas sociais), considerando que quanto maior a aproximação do sujeito com o objeto da representação mais o núcleo central dessa representação se torna funcional. Abric (1994) destaca que uma representação só se transforma a partir do momento em que o próprio núcleo central é transformado. Portanto entende-se que o sistema central é estável, coerente, consensual e historicamente definido, enquanto que o sistema periférico constitui o complemento indispensável do sistema central do qual ele depende, isto porque se o sistema central é essencialmente normativo, o sistema periférico, é, por sua vez, funcional. Devido a ele, a representação pode se ancorar na realidade vivenciada no presente. A partir destas constatações, o processo

de formação das representações estaria, segundo Moscovici (1978), subjugado a dois aspectos importantes: ancoragem e a objetivação.

A ancoragem refere-se ao fato de tudo o que se pensa sobre alguma coisa ter um embasamento na realidade. Quando pensa sobre um objeto, o sujeito usa como referência experiências e esquemas de pensamento já estabelecidos, assemelhando-se a um processo de categorização, uma vez que atribui aos objetos um local dentro de uma malha de significados (VALA, 1996; MOSCOVICI, 1978). Portanto, a ancoragem permite integrar o objeto da representação em um sistema de valores próprios aos indivíduos, denominando-o e classificando-o em função da inserção social dos mesmos. Assim, Almeida e Santos (2011) entendem que um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes mediante alguns ajustes. Enquanto isso, a objetivação corresponde à forma como se organizam os elementos de uma representação social e o percurso através do qual adquirem materialidade, processo que envolve três momentos.

Primeiramente as informações, ideias e crenças acerca de um objeto são selecionadas e descontextualizadas e estes são reorganizados em torno de um esquema estruturante. A última etapa deste processo consiste na naturalização, de modo que as relações estabelecidas se constituam como categorias naturais e adquiram materialidade, ou seja, a objetivação torna concreto aquilo que é abstrato. Ela transforma um conceito em imagens, retirando-o de seu marco conceitual científico. Trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as e dissociando-as de seu contexto original de produção.

Por último, a abordagem dinâmica, difundida por Jodelet (1989), versa que as representações sociais configuram-se em modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que

possibilita a comunicação. Esta constatação nos leva a crer numa vivência compartilhada entre as mulheres pesquisadas, fazendo com que casadas e solteiras apresentem diferenças significativas em relação aos objetos família, trabalho e suas interconexões, assim como ao que se refere à construção de suas identidades enquanto mulher de carreira na contemporaneidade.

O processo identitário permite, então, que indivíduo possa construir e fixar conhecimentos acerca de si e de outros e dos grupos dos quais faz parte ou com os quais interage. Logo este processo, entendido como cognitivo, é representacional. Isto significa dizer que podemos nos referir à representação cognitiva que temos de nós mesmo, assim como é possível que os indivíduos disponham de um conjunto de crenças e informações acerca destes grupos, constituindo-se nas representações identitárias. Complementando, pode-se, ainda afirmar, que em oposição às representações de si mesmo, as representações grupais apresentam um caráter eminentemente coletivo, sendo os seus conteúdos amplamente compartilhados socialmente (DOISE, 1990).

Deschamps e Moliner (2009) se referem ao termo Representações Identitárias (RIs) para ilustrar justamente este embricamento entre os dois fenômenos. Afirmando que

as constatações que um indivíduo faz sobre sua própria evolução e sobre sua semelhança ou sua diferença em relação a outrem se baseia nos conhecimentos que ele dispõe a propósito dos outros e dele mesmo. Elas se baseiam, portanto, em representações identitárias. Experiências novas e interações sociais são suscetíveis de fazer evoluir essas representações que, ao mesmo tempo, desempenham um papel importante na percepção de si mesmo e dos membros do endogrupo e dos exogrupos, fazendo com que as representações identitárias estejam intimamente ligadas ao sentimento de identidade, sendo o seu suporte e o seu resultado (p. 98).

Os autores afirmam ainda que, apesar da proximidade entre os dois termos, identidade e representação não devem ser tomados como fenômenos idênticos. Assim como os indivíduos dispõem de conhecimentos e de crenças sobre si mesmos e os outros, também dispõem de conhecimentos e crenças sobre o mundo, a

sociedade e sobre os objetos presentes em sua cultura. O total destes conhecimentos daria origem ao fenômeno das representações sociais, as quais, por sua vez, podem intervir no sentimento de identidade. A partir desta premissa, o fato de pertencer ao grupo 'mulher de carreira' sugere que as entrevistadas compartilham vivências e representações em comum, o que reflete direta ou indiretamente no modo como percebem a si mesmas e vice-versa.

Em resumo, pode-se fazer referência à representação de si mesmo, representações intergrupos, representações sociais, representações do social e, por último, às representações coletivas. No primeiro caso temos as representações do indivíduo sobre si mesmo, no segundo as elaborações partilhadas pelo grupo acerca do próprio grupo (endogrupo) ou exogrupo e no terceiro os conhecimentos que um grupo constrói em relação a um objeto do social. Finalmente as representações do social se referem às hierarquias sociais e a percepção de um grupo sobre ela e, por último, as representações coletivas fazem menção às elaborações relativas a aspectos gerais do mundo. Estas distinções fazem com que os diferentes autores concebam apenas um destes primas, em detrimento dos outros. Para Markus (1977), por exemplo, identidade e representação estão basicamente próximos, sendo que as representações aparecem como blocos sobre os quais se constroem as identidades. Para Doise (1990) todas as dimensões das representações são passíveis de interferir na dimensão identitária, tornando necessário conhecer a amplitude das representações para atingir as representações de si mesmo.

De todo modo, cabe retificar que a noção de identidade não pode prescindir da noção de representação, sendo que o que distancia os dois fenômenos é justamente a percepção do indivíduo enquanto separado de um grupo ou contexto social mais amplo. Ainda assim, a noção de representação sugere a ideia de que o indivíduo está inserido num entorno, o qual é ao mesmo tempo interior e exterior a ele mesmo, exprimindo a noção psicossocial da identidade e concretizando o fato de sermos ao mesmo tempo individuais e coletivos.

Por enfatizar as realidades socialmente elaboradas e compartilhadas, a Teoria das Representações Sociais (TRSs) se configura como aporte teórico cabível quando se pretende contemplar significados e vivências subjetivas dos sujeitos, de modo que estes possam ser contextualizados e atrelados às dimensões históricas e culturais.

## **2.1 Identidade como metamorfose**

Pode-se definir identidade como o conjunto de características (nome, idade, sexo, etc.), que distingue uma pessoa das outras. Abordando-se o tema a partir da Psicologia Social, pode ser tida como a maneira pela qual o indivíduo se apresenta ao mundo, englobando aqui o conjunto de características biológicas, psicológicas e físicas, as quais traduzem a forma singular de cada um ser e expressar-se no ambiente onde se insere.

Segundo Lane (2002), a “identidade é o que nos caracteriza como pessoa, é o que respondemos quando alguém nos pergunta ‘quem é você?’ (p. 16). A resposta para esse questionamento se dá a partir de traços e características que foram sendo aprendidos nas relações grupais, onde o indivíduo vai se descobrindo igual e, ao mesmo tempo, diferente dos demais, com atributos únicos e maneiras de ser que lhe são próprias.

As pessoas identificam-se também a partir dos papéis que desempenham, os quais se concretizam na relação com o outro. Sendo assim, o conceito de identidade engloba, além das características biológicas, físicas e psicológicas, as características sociais. Em cada grupo que o indivíduo faz parte, ele participa com determinadas funções que o identificarão, como na família, por exemplo, onde poderá assumir o papel de pai ou mãe. Desta forma, pode-se dizer resumidamente, que todo atributo que descreve um indivíduo imediatamente o identifica. Devido à diversidade de teorias e metodologias envolvidas no estudo da identidade e à própria complexidade do termo, alguns preferem subdividir os sistemas identitários em definições mais restritas,

sendo estes qualificados enquanto identidade pessoal, social, psicológica, identidade do eu e identidade psicossocial.

Por identidade pessoal, Jacques et al (1998), compreende os atributos que são específicos do sujeito, características únicas e particulares suas; já no conceito de identidade social, o referido autor enfatiza os atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias, justificando que aqui, os atributos não pertencem a somente um indivíduo, mas a todos que, juntamente com este, dá vida a uma determinada categoria ou grupo – casadas e solteiras, por exemplo. Esta última definição de identidade recebe ainda predicativos mais específicos, como identidade étnica, religiosa, profissional, como quando faz-se referência às mulheres de carreira, etc.

Complementando, Costa (1998) utilizou o termo identidade psicológica para se referir aos atributos que não são pessoais nem tampouco sociais, mas definidores por excelência do ser humano enquanto diferente dos outros animais. Tem-se aqui a definição mais abrangente da identidade, abordando o indivíduo enquanto pertencente a uma determinada espécie, em contraposição a apenas um atributo do eu ou de algum eu como é a identidade social (apud JACQUES ET AL., 1998).

É possível citar ainda a identidade do eu, subdivisão do conceito proposto por Habermas (1990). Para este autor, esta seria composta com base na identidade natural [?] e na identidade de papel [?], “a partir da integração dessas através da igualdade com os outros e da diferença em relação aos outros”. Com base no pressuposto interrelacional que se estabelece entre as instâncias individual e social, a expressão identidade psicossocial foi empregada por Neto (1985), buscando dar conta desta articulação (apud JACQUES ET AL, 1998).

Por outro lado, alguns autores, a exemplo de antropólogos (GOODNOUGH, 1963; MOERMAN, 1965) e sociólogos (MACCALL & SIMMONS, 1960; GOFFMAN, 1963), entendem a identidade como um fenômeno único, onde a pessoal e a social estão interconectadas de tal forma que é possível tomá-las como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização. Num

primeiro momento, tem-se o nível individual, no qual a identidade pessoal é o objeto de investigação por parte da psicologia e, num segundo momento, o nível coletivo, plano em que a identidade social se constrói e se realiza (apud OLIVEIRA, 1976).

Inspirado na terminologia “identidade social” de Tajfel, Camino (1996), faz referência a internalização, mediante a conscientização de fazer parte de determinado grupo e à carga afetiva que essa pertença implica, de valores e normas do grupo social, afetando também, numa relação dialética, a própria identidade grupal. Esta é a posição assumida nesta pesquisa, na qual se busca não negar a complexidade do termo identidade, mas conferir-lhe a noção resumida de que é o conjunto total das representações, características e atributos do indivíduo os quais, como já foi dito, permite a este se igualar e, em alguns momentos, se diferenciar dos demais.

Atenuada a problemática conceitual, pode unir-se ao entendimento do constructo identidade a ideia de que esta é estática, dada de uma vez para sempre. No entanto, é preciso conferir a este termo outro enfoque, o qual concebe a identidade primordialmente como metamorfose, em constante vir a ser (TAJFEL, 1974; CIAMPA, 1987; VALA E MONTEIRO, 1993). Nesta perspectiva, o identificar-se enquanto mulher se apresenta como um fenômeno flexível, passível de reformulações constantes, já que a própria sociedade apresenta esta possibilidade de transmutação.

Viver em sociedade implica devir. Em cada momento de sua existência, o indivíduo apresenta-se ao mundo numa posição diferente das anteriores, sendo que cada posição o vai determinando, cada personagem que encarna, confere a ele novos atributos, que somados lhe permite formular a sua identidade a partir da multiplicidade social. Sendo assim, a identidade deve ser tida:

Não como substância que se mantém ao longo da existência, imutável e idêntica a si mesma, que separa e aprisiona o indivíduo na sua interioridade, mas como processo de construção de um modo de ser e estar no devir do confronto entre igualdade e diferença, que nega o individualismo, abrindo o sujeito ao coletivo (CIAMPA, 1987).



Assim, “toda identidade, seja ela de classe, sexo, raça ou etnia, é sempre uma entidade abstrata, ainda que de certa forma, indispensável como ponto de referência. Ela é uma construção discursiva que transcende as particularidades dos indivíduos e dos grupos restritos para inseri-los em um projeto globalizante e totalizador, em consonância com os anseios e mitos de uma sociedade particular em um dado momento histórico” (ROCHA-COUTINHO, 2003, p. 60-61). A identidade plenamente unificada e coerente sempre foi uma fantasia. Nas sociedades contemporâneas, de mudanças constantes e rápidas, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, tornando esta ilusão de uma identidade unificada ainda mais difícil. Como afirma Hall (2005), “somos atualmente confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (p. 14).

A identidade torna-se, deste modo, uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2005, p. 1). A Globalização é considerada por muitos estudiosos como um dos grandes impulsionadores deste movimento de negociação das identidades (GIDDENS, 2000; HALL, 2005). Nesta virada de século, as verdades, os limites e as noções sobre o sujeito alteraram-se profundamente. A ausência de um paradigma preponderante para defini-lo provoca o aparecimento de complexa rede de sentidos, mantida pelo discurso, cujo papel se volta para a construção das identidades (VIEIRA, 2005).

A contemporaneidade trouxe em seu bojo transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade. Tais transformações, ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas chaves na área das ciências humanas e sociais, dentre as quais identidade e trabalho (COUTINHO, KRAWULSKI E SOARES, 2007, p. 29).

Os acontecimentos globais e o percurso histórico, antes de serem fenômenos externos influenciam aspectos da intimidade dos sujeitos, modificando vidas e o modo de viver das pessoas. Por conseguinte as relações sociais transformam-se em sua essência, implicando em dificuldades para as redefinições identitárias. Para o gênero feminino isso se mostra ainda mais descompassado em virtude das intensas modificações pelas quais vem passando. Na pós-modernidade, tanto a sua vivência em família quanto fora dela se alteraram, ocasionando maiores dificuldades em reestruturar a sua identidade (VIEIRA, 2005).

A identidade do sujeito, homem ou mulher, não pode ser vista exclusivamente como a propriedade de um ser centrado e com limites predefinidos pelo gênero, que se revela a si próprio na história. Ao contrário, acrescentamos que a identidade é aberta, dominada pela incompletude, multiforme. Tem contornos fugidios e adota traços pessoais, culturais e contextuais que se confundem com a sua própria história. A identidade é, por natureza, híbrida e inconstante (VIEIRA, 2005, p. 214).

Sainsaulie (1988) considera, por exemplo, que a identidade relacionada ao trabalho é constituída quando das primeiras socializações, na escola, na família, através da identificação com modelos adultos e/ou através da inserção concreta no mundo do trabalho. “Essa inserção é determinada por fatores de gênero e classe e o ingresso no mundo concreto do trabalho confere valor social, reproduzindo o imaginário coletivo de valorização moral ao ser trabalhador. Permite qualificações como seriedade, obediência, disciplinamento, etc., esperadas pelo espaço de trabalho oportunizado a determinadas camadas sociais que são agregadas à identidade de trabalhador e incorporadas ao eu” (JACQUES, 1998, p. 24).

Da mesma forma, a internalização de valores do trabalho age de acordo com os espaços e/ou categorias profissionais, em virtude de suas especificidades próprias, em geral associadas ao seu grau de prestígio ou desprestígio. A guisa de reflexão, sob esse prisma, o desemprego, a aposentadoria e a inatividade revelam também uma dimensão subjetiva e uma repercussão na identidade inscrita em determinado contexto sócio-histórico (JACQUES, 1998).

## **3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 Metodologia**

Esta pesquisa pretende, de modo geral, conhecer e analisar as representações sociais da mulher contemporânea e significados atribuídos às categorias família e trabalho. De modo específico, pretende-se identificar e analisar o conteúdo das representações sociais construídas por mulheres casadas e solteiras, inseridas em uma carreira, acerca das categorias família e trabalho, a fim de evidenciar e analisar os significados atribuídos, assim como as representações identitárias enquanto profissionais de carreira.

Tendo em vista a delimitação do objeto em estudo, a presente pesquisa configura-se como de caráter qualitativo e exploratório. Segundo Minayo (1994, p. 21) esta modalidade “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Dito de outra forma, a partir do contato com as pessoas, torna-se possível conhecer sua subjetividade e também seus modos de vida, abarcando uma melhor compreensão dos sujeitos envolvidos na pesquisa e sua relação direta com o contexto no qual estão inseridos.

A amostra foi selecionada a partir da rede pessoal de contatos da pesquisadora, sendo composta por mulheres, casadas e solteiras, com idades entre 31 e 46 anos, profissionais de carreira, com ou sem filhos. As entrevistadas, na concepção da pesquisadora, se configuram como informantes em potencial do grupo

que se pretende conhecer, o que caracteriza a amostra como não probabilística e por julgamento. Por outro lado, a escolha pela amostra diversa se deve a constatação de que as perspectivas interpretativas sobre a questão de gênero e trabalho buscam hoje incorporar outras dimensões para além da dinâmica produtiva da sociedade, abarcando a família, sua reestruturação e cultura. Nas palavras de Stolcke (1980), “o lugar ocupado na estrutura familiar, a dinâmica reprodutiva, os novos arranjos familiares e as definições culturais sobre os gêneros se consolidam como elementos condicionantes da distribuição das mulheres na estrutura ocupacional da sociedade, assim como suas chances de desenhar determinadas trajetórias ocupacionais e a desigualdade de renda” (p. 64). Hipotetiza-se ainda que as vivências relativas ao trabalho sejam também determinadas por estas conjunturas relacionais, já que, é no cotidiano, nas práticas sociais, no plano das experiências, que os significados e as ambigüidades das relações se afirmam.

Seria interessante dizer ainda que, por constarem na amostra mulheres solteiras, pode ser que os conceitos disponíveis em torno do objeto família não sejam suficientes para abarcá-las, posto que algumas podem residir sozinhas em uma casa ou apartamento, o que contraria a definição de família proposta pela Organização das Nações Unidas, que prefere nomear esta situação como domicílio e não família unipessoal (ALVES E CAVENAGHI, 2012).

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas 11 entrevistas semi-estruturadas, contendo seis entrevistas com mulheres casadas e cinco com solteiras (Apêndice 1). Em respeito ao sigilo das entrevistadas, estas foram identificadas pelas iniciais EC (Entrevistada Casada) e ES (Entrevistada Solteira), seguido do número correspondente à ordem em que ocorreram as entrevistas. O roteiro contempla informações sobre dados sociodemográficos, a fim de elaborar um perfil das informantes, bem como questões relativas às representações sociais e representações identitárias das entrevistadas no que concerne às categorias mulher contemporânea, família e trabalho e suas interrelações. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2).

Optou-se pela análise do conteúdo do discurso que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores que nos permitam inferências sobre o conteúdo das representações sociais e identitárias sobre família e trabalho.

Para tal, o discurso emitido por mulheres casadas e solteiras foi transcrito minuciosamente do material gravado, o qual foi lido na íntegra. Posteriormente, conforme recomendado por Spink (1995), o material foi codificado, mapeando-se temas emergentes. Em seguida, foram feitos os recortes do texto, segundo as questões e objetivos da pesquisa. Os dados brutos foram agrupados por meio de dois métodos: O primeiro, que foi analisado pelo software IRAMUTEQ (2013), a fim de fazer emergir os modelos teóricos sobre a identidade da mulher contemporânea (da nuvem de palavras) e o segundo método, agrupamento por frequência de palavras, frases ou mesmo parágrafos, permitiu elaborar quadros referencias sobre as RS construídas por mulheres casadas e solteiras, acerca das categorias citadas anteriormente. Finalmente, elaborou-se um modelo teórico relacionando as RS e as representações identitárias sobre o ser uma mulher de carreira.

### **3.2 Conhecendo as atrizes sociais**

Aqui, buscou-se apresentar um perfil das participantes deste estudo (Quadro 1), como forma de conhecer os modos de vida de cada uma delas, englobando configuração relacional, idade, estrutura familiar, número de filhos, cargo ocupado e mobilidade em função da carreira, de modo que este perfil atrelado aos discursos referentes ao questionamento **quem é mulher contemporânea**, subsidiem a análise e interpretação do conteúdo das RS sobre família e trabalho e os significados sobre representações identitárias da mulher de carreira.

### Quadro 1: Perfil Sócio demográfico das Participantes

N: 11

C. R.	N° Sujeitos	Idade	Estrutura Familiar		N° Filhos		Cargo Ocupado				M O B
<b>Casadas</b>	6	34 anos	4 MF	2 M	4 c/1	2-SF	2C C	2 GM	2PU		0 6
<b>Solteiras</b>	5	39 anos	2 SOZ	3 Pais	-	5/sem	-	1GR H	4PU	1 J	0 5
<b>Total</b>	11	36 anos	6	5	4c/1	7/sem	2C C	3G	6PU	1 J	1 1

CR - Configuração Relacional MOB – Mobilidade MF – Marido e Filho SOZ – Sozinha M – Marido SF – Sem Filhos CC – Coordenadora de Curso GM – Gerente de Marketing GRH – Gerente de Recursos Humanos PU - Professora Universitária J - Jornalista

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2014)

Enveredando pelos dados do Quadro 1, percebe-se que das onze mulheres entrevistadas, as casadas apresentam uma média de idade de 34 anos, enquanto que as solteiras é de 39. Com relação à estrutura familiar, vale observar que todas vivem com o marido, e quatro delas têm filhos. Já as solteiras, em sua maioria, residem na casa dos pais. Observa-se que das mulheres casadas que têm filhos, aparece apenas um por casal e as solteiras não têm filhos. Para a categoria de cargo ocupado, vale salientar que a maioria das casadas ocupa cargo de gerência ou coordenação. Para a mobilidade, a quase totalidade das entrevistadas mudou de cidade em função da carreira e/ou estudo.

Para ilustrar a descrição do quadro 1, buscou-se apresentar o modelo gráfico sobre **quem é a mulher contemporânea**, como forma de evidenciar a sua identidade no mundo.



casa, seja para ressaltar ou negar a sua importância e enfatizar o conflito entre papéis nos contextos do lar e do trabalho.

Para ilustrar a análise acima, recorreu-se ao discurso de EC1, a qual estabelece comparativos entre os papéis tradicionalmente vinculados à mulher, no âmbito privado e os atuais, relacionados ao mundo do trabalho. Referencia ainda a equiparação das atribuições masculinas e femininas no âmbito familiar, assim como a relevância do seu capital para a subsistência. Percebe-se por meio das respostas, que o trabalho remunerado possibilita a fluidez das fronteiras entre os espaços público e privado, assim como impõe novas modalidades de relacionamento entre os gêneros, levando as mulheres, como sugere Lipovetsky (2000), a um superinvestimento nos papéis sociais da vida profissional e certo sentimento de rejeição aos papéis familiares. Os discursos das participantes corroboram o argumento:

A mulher contemporânea é essa mulher que não mais vive como dona de casa, que tem que cozinhar, passar. Ela tem uma obrigação com o trabalho, tem que cumprir horário, colabora com a renda familiar, chega tarde em casa e sai cedo, viaja (EC1).

(...) meu marido tem que segurar as pontas, exercer a função de pai e de mãe. Antigamente essas funções eram de mãe, pai não tinha essa obrigação (EC1).

As mulheres tem adiado cada vez mais a questão familiar, demorando cada vez mais pra casar, pra ter filhos. Isso parece ter ficado em segundo plano, mas ao mesmo tempo existe uma cobrança grande porque ainda se vê a identidade feminina como alguém que precisa estar com as duas coisas muito bem resolvidas: o trabalho e a família (ES3)

Já EC3 atrela o seu discurso ao excesso de demandas concernentes à figura feminina na contemporaneidade. Ela também faz referência ao acúmulo de múltiplas funções, confrontando a busca pela liberdade historicamente buscada e o conflito eminentemente feminino quando precisa conciliar as atribuições femininas.

(...) aquela que tem a responsabilidade e a cobrança de dar conta de tudo. Ela trabalha, cuida da casa, tem algum hobby, a necessidade de esteticamente estar apresentável, ter uma carreira de sucesso e ter uma vida feliz e equilibrada.



(...) Acho que a mulher contemporânea é aquela que tem muitos papéis, mas acho que ainda está meio indecisa sobre qual o principal papel que ela tem que desenvolver. Elas ainda não sabem o que fazer com tudo o que veio com essa liberdade (...).

Após a apresentação do perfil das participantes, bem como da identidade da mulher contemporânea, buscar-se-á responder às questões e operacionalizar os objetivos específicos.

### 3.3 Resultados e discussões: Conteúdo das Representações Sociais acerca da Família e do Trabalho

Para a análise e discussão dos dados, que subsidiarão os resultados deste estudo, faz-se necessário lembrar os objetivos propostos: Identificar e analisar o conteúdo das representações sociais construídas por mulheres casadas e solteiras, inseridas em uma carreira, acerca das categorias família e trabalho, a fim de evidenciar e analisar os significados atribuídos, assim como as representações identitárias enquanto profissionais de carreira.

Para tal, questiona-se sobre **o significado da família**, que buscou as representações das entrevistadas, no que se refere ao âmbito privado, das relações familiares.

#### Quadro 2. Significado da Família

Nº 11

Nº Sujeitos	CASADAS	SOLTEIRAS	TOTAL
03	É tudo/É o mais importante	-	03
03	É base/Alicerce	É fortaleza	06
02	-	É convivência/Conciliação	02
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2014)

Analisando o conteúdo do discurso das mulheres casadas e solteiras, sobre as representações construídas sobre a família, o quadro 2 demonstra as temáticas emergentes, que referenciam a família por meio dos termos base, alicerce, fortaleza e, para as casadas, como o aspecto mais importante, embora enfatizem o pouco tempo dispensado à esta. O discurso de EC1, faz menção ainda às imposições profissionais dela e do marido, as quais dificultam a convivência rotineira. Singly (2000) enfatiza que o elemento ordenador da família não está mais pautado, na atualidade, na convivência, no grupo reunido, mas sim nos membros que a compõem, transformando a família em um espaço privado a serviço dos indivíduos. Por esta razão a família passa a ser designada como “relacional e individualista”. Para as solteiras, esta ausência do lar parece não indicar grandes conflitos, conforme aponta ES3.

Família pra mim é tudo. (...). Eu e meu esposo a gente vive uma relação harmoniosa, os dois trabalham, têm obrigações semanais do trabalho e a gente consegue viver uma relação de família, embora a gente não almoce juntos, não tome café juntos, por que eu saio muito cedo, mas a gente vive como uma família (...) (EC1).

Hoje a minha prioridade é o trabalho. Sei que se tiver filhos não vou poder me dedicar à profissão. Mas sei que família é algo importante (ES3).

EC2 respalda, além do pouco tempo dedicado à família, indicativos de que o retorno feminino ao âmbito doméstico tem respaldo social, existindo a acolhida ao papel de origem, de mãe e esposa. “Talvez o social veja, até com certo alívio, o retorno da mulher ao lar. O que geraria estranheza seria a troca de papéis: o homem fracassando no mundo público e assumindo o privado. A sociedade dá suporte ao fracasso feminino: ela pode voltar ao lar e ser só mãe” (BETIOL E TONELLI, 1991, p. 1).

A família pra mim é o mais importante. Apesar de o trabalho tomar mais o meu tempo, se eu tiver que abrir mão de alguma coisa, escolher entre família e trabalho, eu escolheria a família. O trabalho não absorve todas as minhas emoções como a família absorve, as pessoas que eu me relaciono de forma mais intensa, mais afetiva, são as pessoas da minha família, apesar de serem interações mais curtas.

A segunda questão, **qual o significado do trabalho na sua vida?** buscou elucidar as representações construídas pelas entrevistadas em torno do constructo trabalho, na esfera pública.

### Quadro 3. Significado do Trabalho

N:11

<b>Nº Sujeitos</b>	<b>CASADAS</b>	<b>SOLTEIRAS</b>	<b>TOTAL</b>
03	É importante, Satisfação pessoal e Independência	É importante, Satisfação pessoal e Independência	06
02	Contribuição social e individual/Capitalização de recursos para a família	Ação transformadora e contribuição social	04
01	Negação da identidade de dona de casa	-	01
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2014)

O quadro 3 evoca, na maioria das respostas, o trabalho como aquele que confere sentido à existência das mulheres, no sentido de promover independência e satisfação pessoal, tendo como consequência sensações de renovação, prazer, recompensa, equilíbrio, utilidade e produtividade, representando, ainda, uma maneira de expressar habilidades, contribuir individual e socialmente.

EC1 e ES1 se referem ao trabalho caracterizando-o como âncora para o seu processo identitário. Interessante notar que este constructo não está atrelado, para EC1, à noção de obrigação, mas sim de opção, prazer.

Pra mim o trabalho representa a minha vida. Eu não me imagino como uma dona de casa. Eu sou uma pessoa muito dinâmica, ativa. (...). Ir para o trabalho pra mim não é uma obrigação. Eu vou para o trabalho, exerço minhas atividades, chego em casa no final de semana eu trabalho também com prazer, então o trabalho pra mim é essencial, eu não conseguiria viver sem trabalhar, pra mim é primordial (EC1).

Eu construí a minha vida fundamentada na minha profissão. Grande parte da minha energia, do meu tempo está voltada para as atividades profissionais e acadêmicas. Sempre que penso em projetos/planos, a vida profissional é o primeiro aspecto ao qual me dedico (ES1).

Pra mim trabalho é independência. Pra mim é realização mesmo. Não dá pra pensar que no mundo de hoje alguém cumpra o papel de pagar tudo para a mulher (...) (ES3)

A entrevistada EC1 diz, ainda, não experimentar impasses subjetivos por às vezes não dar conta do acúmulo de demandas, evidenciando que a sua identidade está amplamente baseada no trabalho, mesmo tendo consciência de suas outras atribuições.

Hoje tem dias que eu não consigo levar meu filho no médico e eu não me sinto culpada por isso. (...). Nos últimos meses meu esposo estava fazendo o papel de pai e mãe, tava bem pesado, conciliando trabalho, casa, com o papel de pai e mãe e eu não me sinto mal por isso, embora em alguns momentos eu ache que eu precise estar acompanhando ele também, mas o trabalho não está permitindo.

Para EC2 e EC3, o trabalho aparece atrelado à noção de equilíbrio, sendo necessário em termos de sua função, qual seja, ajudar na subsistência familiar. Também referenciam o trabalho como aquele que confere sentido e recompensas subjetivas. Por fim, EC2, apesar de reconhecer estas recompensas e o fato de quase totalidade do seu tempo ser tomado pelo trabalho, se refere ao mesmo como secundário em sua vida, estando este subjugado à família. Infere-se que a gravidez (a participante está no oitavo mês de gestação) possa funcionar como fortalecedor do seu vínculo familiar.

O trabalho é uma maneira de expressar as coisas que eu gosto de fazer, que eu gosto de estudar, de lidar. Minha maneira de contribuir para um mundo melhor. Uma maneira de ganhar dinheiro pra poder me sustentar. Uma maneira de expressar minha individualidade, meus gostos e minha maneira de interagir com outras pessoas fora do meu círculo familiar. (...). Apesar de tomar muito tempo da minha vida eu não considero como sendo a coisa mais importante. Se eu tiver que abrir mão da minha vida eu poderia abrir mão do trabalho, apesar de a minha vida toda praticamente girar em torno do trabalho (EC2).

Trabalho é equilíbrio. É se sentir útil, se sentir produtiva, rentabilizar isso de alguma forma, capitalizar recursos, é como se eu fizesse uma coisa boa e no final fosse recompensada com o salário, então o trabalho é o equilíbrio mesmo, é utilidade, produtividade. Eu preciso disso se não eu fico bem doida (EC3).

Com a pergunta, **Como você interrelaciona família e trabalho?** buscou-se os temas emergentes quando esta mulher está diante do desafio de administrar os tempos dedicados ao trabalho e aquele dispensado à casa e à família

#### Quadro 4. Inter relação Família e Trabalho

N:11

Nº Sujeitos	CASADAS	SOLTEIRAS	TOTAL
03	-	Não há conflitos	03
04	Necessidade de administrar os 'tempos', Priorizar o trabalho tem implicações na família	-	04
02	Relação funcional entre família e trabalho	-	02
02	-	Necessidade de equilíbrio	02
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2014).

O quadro 4 apresenta uma representação indicando que, para a maioria das mulheres casadas, priorizar o trabalho implica em penalizar a família, o que não ocorre com as solteiras, as quais não exprimem conflitos decorrentes desta inter relação. A ocorrência de conflitos implica, pois, para as casadas, a necessidade de administrar os tempos dedicados a cada uma destas esferas, o que se repete para as solteiras. A diferença é que, para estas últimas esta necessidade está relacionada à uma projeção futura, caso venham a constituir família e, sobretudo se houverem filhos.

Alguns extratos dos discursos são apresentados no sentido de ilustrar esta representação:

Quando a gente não sabe administrar direito o trabalho, a gente acaba prejudicando a família. (...) nos últimos meses eu reconheço que eu estou dando mais ao meu trabalho do que à minha família. Eu preciso administrar esse trabalho. eu reconheço que nos últimos meses o meu trabalho estava consumindo parte da minha família (...) (EC1).

Eu vou falar do tempo, que eu acho que é um artigo de luxo hoje, que envolve as duas coisas. Porque quando você se dedica muito ao trabalho, você fica sem tempo de organizar a vida, a família, fica sem tempo de aproveitar o marido, o filho e tal. Eu acho que é muito jogo de cintura pra atingir essa maturidade de conseguir as duas coisas bem equilibrado mesmo (EC3).

Como não tenho filhos e moro sozinha, não existe nenhum tipo de conflito entre o trabalho e a minha família. Não tenho que me dividir (ES1).

Se eu tivesse filhos teria um desgaste maior pra conciliar. Com meus pais é tranqüilo, eles sabem das minhas prioridades e respeitam (ES3).

A entrevistada EC3 menciona a necessidade de pensar criticamente as imposições do consumo, posto que, para ela, ceder a estas imposições pode incidir negativamente sobre o tempo de dedicação à família. Interessante ressaltar o fato de ela trabalhar como gerente de marketing de um shopping. Castro e Souza (2012) em estudo recente fazem referência aos interesses do capitalismo em reproduzir a cultura política de gênero, onde o homem é o provê e a mulher se divide entre público e privado, mas ainda assim, gerando recursos, na medida em que possui poder de compra e pode terceirizar o trabalho doméstico. A noção de bens, entendidos aqui como relacionais, que dizem da família, nasce do fato de existirem recursos que o mercado não pode oferecer e necessidades que não podem encontrar resposta fora das relações familiares. “O indivíduo é incapaz de satisfazer todas as suas necessidades através da compra e da venda de bens e serviços no mercado” (SOUZA, 2000, p. 2).

(...) eu tenho colegas e exemplos de pessoas que tem filho na mesma idade que eu tenho e não se furta de ficar no trabalho até 10, 11 horas da noite muitas vezes. Então hoje eu não tô disposta a fazer isso, acho que o preço que se paga é muito alto e a recompensa às vezes não é tanta assim. É bom, você faz o seu trabalho, se sente produtiva, útil, mas às vezes a gente quer muito além do que é necessário mesmo. Tem essa coisa também de querer um padrão de vida com muita extravagância, mas hoje eu não quero mais isso (EC3).

Por último, a pergunta **o que caracteriza a dinâmica de vida da mulher profissional de carreira?** objetivou apreender de que modo as representações obtidas interferem na identidade das participantes enquanto mulher de carreira.

**Quadro 5 – Representações Identitárias, Positivas e Negativas e Demandas da mulher de carreira**

Dimensões Identitárias	CASADAS	Nº Sujeitos	SOLTEIRAS	Nº Sujeitos
Positivas	Independência	01	Competitiva, disponível, concentrada, versátil, garra, atitude, dinamismo, coragem	04
Negativas	Tem grandes responsabilidades Paga um preço alto Falta de tempo/Sempre dividida Cansada/Sobrecarregada Enfrenta muitos obstáculos Enfrenta disparidades em relação ao homem Duro Carente Angustada/Confusa	06	Não é fácil ser/Correria	01
Demandas/ Implicações	Saber administrar e planejar o tempo Adiamento da maternidade	03	Saber gerenciar o tempo	02

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2014).

Com relação à última pergunta, **O que caracteriza a dinâmica de vida da mulher de carreira**, percebe-se que as mulheres casadas se descrevem mais a partir de atributos negativos do que positivos. O único aspecto positivo, para elas, seria a independência. As demandas ou implicações giram em torno do saber administrar o tempo e a necessidade de adiar a maternidade. Já as solteiras elencam mais atributos positivos do que negativos, considerando, entretanto, não ser fácil dispor destes atributos. Em termos de demandas e implicações citam também o saber gerenciar o tempo.

Em estudo com 12 mulheres executivas cariocas com idades entre 25 e 45 anos, Coutinho (2003) indica, a partir dos resultados, a manutenção dos papéis de

gênero na esfera doméstica, onde os homens apresentam uma participação secundária e periférica em relação às mulheres, enquanto estas precisam despende maiores esforços para conciliar os dois contextos, o que implica, quase sempre em frustração e conflitos.

Os trechos abaixo ilustram algumas destas considerações:

Uma mulher de carreira é uma pessoa que tem grandes responsabilidades, uma mulher de carreira deve saber administrar o seu tempo entre trabalho e família. É uma mulher independente, uma mulher que não precisa do homem para resolver suas coisas (EC1).

Eu acho que tem que ser alguém que tem pelo menos uma boa ideia de planejamento, acho que tem que ter determinação, tem que ter foco, tem que ter meta. É difícil ser mãe e ser profissional de carreira (EC3).

Construir uma carreira na atualidade exige um alto grau de competitividade, disponibilidade, concentração (...) (ES1).

Muita força de vontade, garra, coragem, atitude, iniciativa, lealdade consigo mesma e com o outro, perspicácia. Tudo isso agregado ao conhecimento e permite que a mulher, sempre dotada de perseverança, cresça e alcance degraus desejados em sua carreira (ES4).

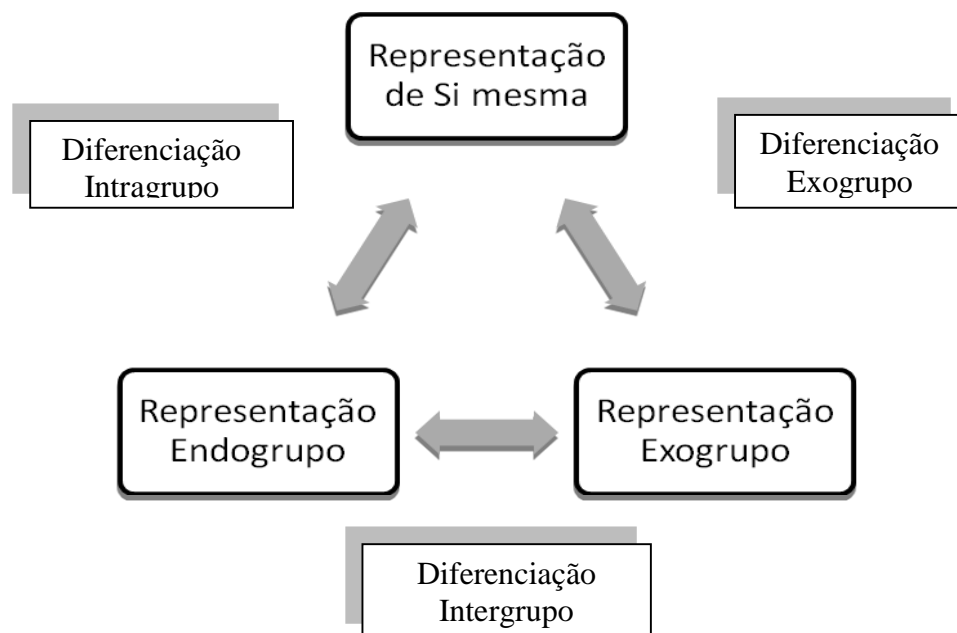
Eu acho que é uma mulher muito cansada, por que apesar dos avanços e liberdades, as grandes responsabilidades com a casa e filhos continuam sobrecarregando a mulher, e entram outras questões estéticas, que antes eu não sei se tinha, mas que uma mulher bem sucedida não é só aquela bem casada, que tem filhos, que cozinha bem, mas que vai pra academia, que se maqueia, é bonita e tudo, (...). Agora a gente tem que ser exímia em todas as áreas, uma super mulher em toda as áreas que a gente possa imaginar, estamos muito sobrecarregadas (EC2).

As entrevistadas EC1. e EC3., por trabalharem em cargos de chefia e lidarem com homens na sua rotina de trabalho mencionam a necessidade de “ser dura”, apesar de não se caracterizarem como tal nos ambientes extra profissionais, o que sugere um esforço maior por parte das mulheres para se firmar em postos de trabalho historicamente destinados aos homens.

É uma mulher carente, mas durona, porque a mulher é considerada o sexo frágil, mas a mulher de carreira tem que ser durona (EC1).  
(...) no meu caso, eu trabalho só com homens, só tem eu, de gestora no meu setor, então muitas vezes eu tenho que me impor, me transformo em alguém até mais dura do que na verdade eu sou, porque eu sou a única mulher, ainda existe a diferença, então eu me imponho, sou respeitada (EC3).



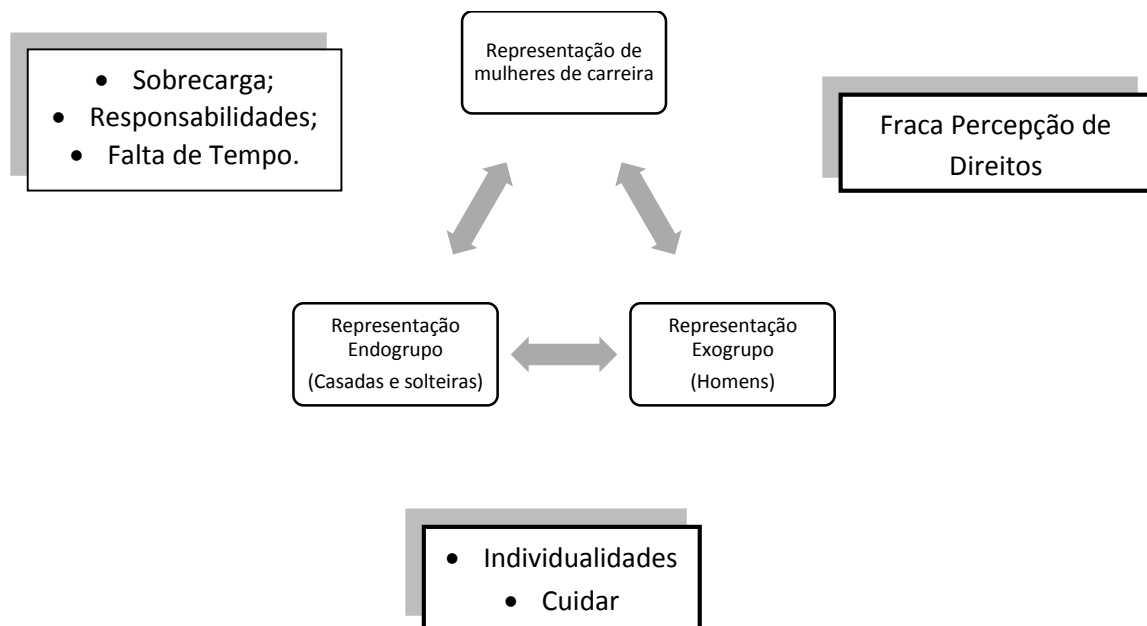
Teoricamente, segundo Deschamps e Moliner (2009), as Representações Identitárias (RIs) são imbricadas. Na figura 2, estas RIs se apresentam como Representação de Si mesma (RSm), Representação do Endogrupo (REg) e Representação do Exogrupo (RExg). Logo, o sujeito, numa comparação de si mesmo com outros integrantes do Endogrupo (Eg), tende a ressaltar diversas nuances que lhe ajudam a se perceber como diferente de forma bastante relevante, o que não acontece em comparações com componentes do Exogrupo (Exg). Em resumo, quanto mais o sujeito se percebe como semelhante aos membros do seu grupo as diferenças são maiores entre intergrupos. Em contrapartida, são menores as diferenças percebidas em termos de RSm e do Eg, que por sua vez são acompanhadas de uma distância considerável entre o Eg e o Exg. Isto implica na satisfação do sujeito com sua identidade.



**Figura 2: Imbricação dinâmica das Representações Identitárias.**

**Fonte: Adaptado de Deschamps e Moliner (2009).**

As RIs de mulheres casadas e solteiras se apresentam, de modo prevalente, a partir de atributos negativos: grandes responsabilidades, cobranças, falta de tempo/Sempre dividida, sobrecarga/Cansaço, Enfrentamento de disparidades em relação aos homens, Endurecimento, Angústia. Apenas um aspecto positivo foi informado: independência.



**Figura 3: Modelo empírico das Representações Identitárias de Mulheres profissionais de carreira.**

**Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2013), adaptação do modelo de Deschamps e Moliner (2009)**

Nesta perspectiva, o modelo teórico acima (Figura 2), comparado com o modelo empírico da figura 3, demonstra que as RIs destas mulheres se estrutura ancorado nos objetos sociais família e trabalho, sendo que o primeiro aparece como suporte para a execução das atividades profissionais e lugar da intimidade, da emoção, enquanto o segundo surge, como meio de 'ganhar a vida', através do qual torna-se possível à mulher contribuir economicamente com a subsistência da família, gozar de autonomia, renovar-se, obter prazer, recompensa e equilíbrio, sentir-se útil, produtiva, além de representar um meio de expressar habilidades.

Por fim, a realização da análise proposta nesta pesquisa incidiu na reflexão acerca da construção social dos sentidos e significados associados à feminilidade e sua vinculação contemporânea às esferas da família e do trabalho, concebendo-se o gênero como uma dimensão cultural que repercute diretamente na estruturação do tornar-se homem ou mulher. A sociedade se modifica e com ela evoluem os significados, em contraposição a ênfase na manutenção da tradição e coesão grupal, mesmo que avanço e conservação por vezes se entrelacem. No caso do Brasil, DaMatta (1999), aponta a ênfase no aspecto relacional em contraposição ao individual, fazendo com que as relações ocupem uma posição central, notadamente no âmbito familiar, mediante o respeito às hierarquias. Em virtude disso, o conscientizar-se da realidade circundante e o tentar modificá-la pode ser mais custoso em sociedades com esta configuração.

## Considerações finais

O questionamento por parte das mulheres acerca dos espaços que vem ocupando na sociedade sem dúvidas repercutiu positivamente sobre a sua condição enquanto sujeito social. Hoje, outros horizontes que não os relacionados à esfera doméstica e aos cuidados com familiares – como o investimento em uma carreira - se descortinam e ganham projeções para elas, fazendo com que as suas identidades sejam compostas por múltiplos referenciais. O tempo e os projetos não ficam mais restritos ao ser mãe, cuidadora do lar e dos seus integrantes, influenciando firmemente nas relações de gênero e nas relações familiares, ademais de interferir diretamente na idade reprodutiva, decisões e projetos. A busca por independência, sobretudo financeira, demonstrou ser o principal impulsionador deste processo.

Apesar destes avanços e da possibilidade de homens e mulheres desempenharem papéis semelhantes, seja no âmbito público ou privado, a mulher continua se ocupando sobremaneira das tarefas domésticas, mesmo após cumprir sua jornada de trabalho diária. De maneira geral, a figura do marido/companheiro/pai não aparece nos discursos das entrevistadas, o que nos remete a ideia de conformismo e abnegação com a situação posta, assim como de centralização das dificuldades em si mesmas e fraca noção dos seus direitos enquanto cidadã. Os perfis encontrados sugerem o número reduzido de filhos e o adiamento da maternidade como estratégias encontradas para administrar estas dificuldades. Via de regra, a dedicação a uma carreira implica em mobilidade no espaço, já que a totalidade das entrevistadas precisou, em algum momento, mudar de cidade em virtude das obrigações profissionais ou educacionais. Nota-se também que a mulher de carreira solteira, mesmo dispondo, aparentemente, de condições para manter-se, tende a permanecer na casa dos pais, a menos que estes residam em outra cidade.

Os resultados apontaram para a existência de uma convergência de olhares sobre as questões investigadas, tanto por parte das mulheres casadas quanto solteiras, sobretudo no que se refere aos significados do trabalho, porém algumas

diferenças podem ser apontadas. No caso das entrevistadas solteiras, a família aparece como suporte para que elas possam trabalhar, uma vez que moram e dividem responsabilidades com os pais e/ou outros parentes. Para as outras entrevistadas, a família é reverenciada como suporte, mas no sentido subjetivo do termo, implicando quase sempre em conflitos quando precisa gerenciar os tempos profissionais e familiares. Esta consideração suscita, pois, a abordagem da família a partir de uma enfoque interdisciplinar, se a considerarmos enquanto espaço propício para o descortinamento destes novos cenários, conforme sugerem Caldeira, Barbosa e Cavalcanti, (2012).

A partir das entrevistas, foi possível perceber que a identidade da mulher de carreira se estrutura por meio de um sistema representacional ancorado nos objetos sociais família e trabalho, estando o primeiro atrelado a ideia de suporte emocional, enquanto o segundo emerge como meio de subsistência e de expressão da subjetividade e auto realização. Em virtude disso, os tempos dedicados à carreira e à família passam a ser negociados com o cônjuge ou parentela, a qual se configura como rede de apoio. Percebe-se também a emergência de constantes comparativos entre os papéis masculinos e femininos, o que pode sinalizar que a amostra pesquisada recorre à figura masculina como referência, pelo menos no que se refere às questões profissionais. Aproximações de papéis no âmbito privado pareceram servir à elas apenas como forma de aliviar as sobrecargas e possibilitar a plena execução das atividades relativas ao trabalho.

Pode-se afirmar que a organização das RSs em torno dos objetos família e trabalho sofre influência das dificuldades cotidianas na redefinição dos papéis, funções e atribuições, fazendo com que a vivência familiar apresente maior complexidade quando inserida na conjugalidade, dentre outros fatores, em decorrência da conciliação entre individualidade e coletividade, como apontam alguns autores citados no decorrer da pesquisa. A gravidez sugere maior aproximação da mulher do âmbito familiar, implicando no entrelaçamento entre biologia e cultura e necessitando, pois de pesquisas adicionais para o alcance de conclusões confiáveis. A apresentação da família contemporânea, de modo preponderantemente relacional

e individualista, conforme constatado no decorrer da pesquisa, sugere ainda a necessidade de reflexões pautadas nestas novas conjunturas, uma vez que a convivência familiar passa a ser substituída pela necessidade de realização individual dos seus membros.

Com este trabalho também é possível delinear fronteiras entre a lexis e a práxis, pois de licença maternidade ao maior apoio e incentivo às bolsas, educação formal e ingresso no mercado de trabalho, as questões são bem mais doloridas quando se leva em consideração classe, raça-etnia-cor e local (apesar de haver grande desenvolvimento neste sentido com possibilidades de escolarização e formação superior em zonas antes tidas como vulneráveis). Entre os desejos individuais e as ações coletivas e macro-estruturais a muito por avançar e incrementar mudanças. As representações demonstram um certo continuum, apesar das práticas e das incertezas no mundo do trabalho já desenharem novas configurações.

Vale ressaltar que as ponderações encontradas em torno das imposições do capitalismo no tempo e valores familiares aparecem como meio de se implementar uma cultura voltada à convivência com os pares, em detrimento da aquisição desenfreada de bens de consumo e, conseqüentemente, dedicação de tempo excessivo ao trabalho. Até aqui, as conclusões possíveis nos remetem à ideia de sobrecarga feminina e às muitas dificuldades que as mulheres de carreira encontram em seu cotidiano, sobretudo em idade reprodutiva e de incentivo à formação em nível superior (em todas as modalidades), seja por esta sobreposição de funções, papéis e representações vivenciadas no cotidiano ou pelos impasses quando precisam executar cargos culturalmente atrelados ao masculino, como sinalizaram as entrevistadas que ocupam cargos de chefia. Estas ocorrências vão ao encontro das considerações teóricas tecidas neste trabalho. Em virtude disso, as relações entre gênero e trabalho, assim como a interação trabalho e vivência familiar persistem com poucas alterações, posto que as mulheres entrevistadas ainda experimentam obstáculos que impedem a sua inserção em contextos produtivos de alta complexidade.

Pode-se afirmar, deste modo, que a experiência vivenciada cotidianamente tem sido alvo de intensas mudanças. No entanto, a longa duração no que se refere às mentalidades ainda traz e representa ranços e avanços, sinalizando para um processo mais duradouro e não tão imediatista. As representações sociais configuradas e construídas para as mulheres ainda trazem em seu bojo nuances da esfera privada e diretrizes de suas funções.

O entendimento desta realidade implica, dentre outras coisas, na necessidade de se repensar os modelos sociais, educacionais, formativos e institucionais, responsáveis, sobretudo, pela transmissão intergeracional de valores, seja relativo ao âmbito doméstico ou profissional de homens e mulheres. Implica também numa maior responsabilidade do estado, no sentido de oferecer equipamentos capazes de atenuar a situação posta, por meio de creches e escolas em tempo integral, maior flexibilidade nos horários de trabalho de homens/mulheres casados e/ou com filhos, aprimoramento da mobilidade urbana e inclusão no currículo escolar de disciplinas voltadas para discussões desta natureza. Esta amplitude de intervenções possíveis tende, então, a responsabilizar as mais diversas áreas do conhecimento e a relevância da família e do trabalho implica em suscitar novas e constantes pesquisas, em conformidade com o modo como a sociedade brasileira se estrutura.

Por fim, este estudo não teve a pretensão de esgotar debates em torno do tema proposto. Antes disso, buscou levantar questões relevantes e que dizem do privado e do público, com reflexos diretos na estruturação familiar e social em geral. Por esta mesma amplitude recomendam-se novos estudos que contemplem o homem, os filhos, e demais familiares, os professores, empregadores, empregados, setores públicos e demais instituições, no intuito de contemplar novos olhares e atender à novas e possíveis demandas.

## REFERÊNCIAS / FONTES

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), Estudos interdisciplinares de representação social (pp. 27-38). Goiânia: AB. 1998.

ABRIC, J. C. Pratiques sociales et représentations. Paris: Presses Universitaires de France. 1994.

ALMEIDA, A. M. N. de. Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis. In Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.). Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003, pp. 50-86.

ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S, A teoria das Representações Sociais. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E.R. Psicologia Social: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Uma família plural, complexa e diversa: Entrevista especial [29 de outubro, 2012]. Rio Grande do Sul: Revista do Instituto Humanista Unisinos/IHU-Online. Entrevista concedida a Graziela Wolfart e Thamiris Magalhães. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>. acesso em: 16 de janeiro de 2012.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304p.

ARENDT, Hannah. A condição Humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho produtivo e reprodutivo na vida cotidiana. Revista ABET vol. IX — n. 2/2010.



ÁVILA, M. B. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, A. A., et al. Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002. p. 37-46.

BARBOSA, C., CAVALCANTI., V. Século XXI - Já é visível o trabalho feminino no Brasil? In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL, 11., 2008, Salvador. Anais eletrônicos...Salvador: UCSAL, 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECK, Ulrich. Qué ES La globalizaciona? Falacias Del globalismo, respuestas a La globalización. Barcelon: Paidós, 1998.

BETIOL, M. I. S.; TONELLI, M. J. A mulher executiva e suas relações de trabalho. RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 31, n. 4, out-dez 1991.

BORGES, L. O. O significado do trabalho e a socialização organizacional. Brasília, 1998. Tese (Doutorado)-Universidade de Brasília, Brasília. 1998.

BORGES, A. Reestruturação produtiva, família e cuidado: Desafios para políticas sociais. In BORGES, A.; CASTRO, M. G. Família, gênero, gerações: Desafios para as políticas sociais Paulinas. Salvador/BA, 2007, p. 179-206.

*BORGES, L de O., Mourão, L.; O Trabalho e as Organizações - Atuações a Partir da Psicologia. São Paulo: Artmed, 2013.*

BORGES, C.; SILVA, C. N. e ANASTÁCIO, S. M. Novos tempos, novos paradigmas. Revista Olho d'água, São José do Rio Preto, 2(1): 1-157, 2010.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2010.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 23 n. 2, p. 331-353, 2006.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 67-104, julho/2000.

CAMARGO, B.V. Estratégias de pesquisa pluri-metodológicas. in. MOREIRA, A. S. P; CAMARGO, B.V; JESUÍNO, J.C; NÓBREGA. S. M. Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais. (pp. 19-24). João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB. 2013.

CAMINO, L. (1996b). A sociedade na perspectiva da Psicologia: questões teóricas. In L. Camino, & P. Menandro (Orgs.), A sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996.

CARRASCO, C. El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad. Santiago do Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2005. (Serie Mujer y Desarrollo, 65).

CALDEIRA, B.; BARBOSA, C.; CAVALCANTI, V. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil in: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. de C.; In: Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012.

CASTRO, M. G.; SOUZA, H. P. O imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações de Salvador. In: In: Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012.

CIAMPA, A. da C. A estória do Severino e a história da Severina: Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo, SP: Brasiliense. 1987.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia e Sociedade*, 19, 29-37. 2007.

DA MATTA, R., *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DESCHAMPS, J. C., MOLINER, P., *A identidade em Psicologia Social: Dos processos identitários às Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEDECCA, C. S. RIBEIRO, C. S. M. de; ISHII, F. H. *Ocupação e Tempo de Trabalho*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., Caxambu. Anais...Caxambu0 MG: ABEP, 2008.

DEDECCA, C. S. *Tempo, trabalho e gênero*. In: COSTA, Ana Alice et al. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, I. *Gênero, problemáticas e contextos educacionais*. *Família e trabalho feminino: o gênero destas desigualdades*. *Revista da associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, nº15, 2007, p. 149-166.

DINIZ, G. R. S. *Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira*. Em: Féres-Carneiro, T. (org). *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

DOISE, W., *Les Representations Sociales*. In : GIGLIONE, R., BONNET, C., RICHARD, J. F. *Traité de psychologie cognitive*. Paris : Dunod, 1990.

DURKHEIM, E. *Sociologie et philosophie*. Paris: PUF, 1963.

DUTRA, J. S. (Org.) *Gestão de carreiras na empresa contemporânea*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GIDDENS, A. O Mundo na era da globalização. Lisboa: Presença, 2000.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo, UNESP, 1993. (Biblioteca básica). (Tradução: Magda Lopes) Globalização e divisão sexual do Trabalho. Helena Hirata. cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp. 139-156.

GILL, R., Análise de discurso. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002

GILBERT, L., RACHILIN, V. Mental health and psychological functioning of dual-career families. The counseling Psychologist, 15(1), p. 7-49, 1987.

GOLDANI, A. M., Família, relações de gênero e fecundidade no Nordeste do Brasil. In: Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil. Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. 1994, pp. 57-80.

HALL, D. T.; HERAS M. L. Reintegrating job design and career theory: Creating not just good jobs but smart jobs. Journal of Organizational Behavior, v. 31, p. 448-462, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAREVEN, T.K. Family Time and Industrial Time. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.

HEWLETT, S.A; RASHID, R. The Battle for Female Talent in Emerging Markets. Harvard Business Review. 2010. Disponível em: <[http://issuu.com/juliefarkasgraphicdesign/docs/emergingmkts\\_Ir](http://issuu.com/juliefarkasgraphicdesign/docs/emergingmkts_Ir)>. acesso em: mai/2012.

HIRATA, H. Reorganização da produção e transformação do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, C.; e UNBEHAUM, S. Gênero, democracia e sociedade brasileira . São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

HOCHSCHILD, A. R. The time bind: when work becomes home and home becomes work. New York, Metropolitan Books, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/apresentacao\\_mulher\\_responsavel](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/apresentacao_mulher_responsavel)>. Acesso nov./ 2013.

IPEA. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. ano 18. fev. 2013.

CAMARGO, B. V., JUSTO, A. M. IRAMUTEQ – Tutorial para uso do software de análise textual. Santa Catarina: LACCOS, 2013.

JACQUES, M das G. C. et al. Psicologia Contemporânea. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JELIN, E. Família: crisis y después. In: Wainerman, C. Vivir em família. Buenos Aires, Unicef/Losada, 1994.

JODELET, D. Representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

JODELET, D. Les représentations sociales: un domaine em expansion. Em JODELET, D. (Org.). Les représentations sociales (pp. 31-61). Paris: PUF, 1989.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Eds.), Textos em representações sociais (pp. 63-85). Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

LAQUEUR, T. W. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LANE, S. T. M. 1998 in: FURTADO, O; GONZALEZ REY, F. Por Uma Epistemologia Da Subjetividade: Um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LEONE, E.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. Revista Brasileira de Estudos de População, Abep, v.23, n. 2, jul./dez. 2006.

LIPOVETSKY, G. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

MADEIRA, F.; SINGER, P. R, Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. Cadernos Cebrap, n. 13, 1973.

MALUF, V. M. D.; KAHHALE, E. M. S. P. Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea. Polêmica Revista Eletrônica, v. 9, n. 3, p. 143-160, 2010.

MARTINS, H. Gestão de carreiras na era do conhecimento: abordagem conceitual & resultados de pesquisa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MARX, K. Capítulo VI, Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

MELO, H.P. de; e CASTILHO, T. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?, Revista de Economia Contemporânea, IE/UFRJ, v.13, nº 1, Rio de Janeiro, Jan/Apr., 2009.

MELLO, C. D de., TURMENA, L. Mudanças no mundo do trabalho e educação no brasil a partir da década de 1990: a ideologia da pedagogia das competências. São Paulo: Sinergia, v. 13, n. 3, p. 205-218, set./dez. 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social : teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. Em: D. Jodelet (Org.). As Representações Sociais (pp 45-66). Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

MOSCOVICI, S. La Psychanalyse, son image et son public. Paris: Press Universitary de France. 1961.

NOVAIS, C. D. C. P., As trajetórias profissionais de mulheres na actual economia flexível e sua relação com as dinâmicas familiares. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Departamento de Sociologia, Universidade do Porto, Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, F., A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. In Estudos Cebrap, n. 16, São Paulo, 1976.

PERROT, M. et. al. “História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. Artigo traduzido por Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. In: Revista Gênero. – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG – v. 2, n. 1, pp. 5-42, 2o. semestre, 2001.

PERROT, M. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 a. p.167-234. PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.

REBELO, G. Trabalho e igualdade. Mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial. Oeiras: Celta Editora, 2002.

ROCHA, J. B. Percepção de sucesso na carreira da mulher executiva brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo, 2013.

ROCHA, C.; FERREIRA, M. As Mulheres e a cidadania. As Mulheres e o trabalho na esfera pública e na esfera doméstica. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. Em T. FéresCarneiro (Org.), Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola. 2003.

SCAVONE, L. (Org.). Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia: AB Editora, 1995.

SAFFIOTI, H., A Mulher na Sociedade de Classes, Editora Vozes, R.J., 1976.

SAINSAULIEU, R. L'Identité au travail. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1988.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. São Paulo: USP. v.15, n. 3, 2004. p. 11-28.

SEGALEN, M. Sociologia da família. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, P.; TRINDADE, Z.; JUNIOR, A. As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. Estudos de Psicologia, 17(3), setembro-dezembro/2012.

SINGLY, F. de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). Família e individualização. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SPINK, M. Jane. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. Jane (Org.). O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da



psicologia social. São Paulo. Brasiliense, 1995, p.85-108.

SOUZA, M. M. C. de. A importância de se conhecer as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

STOLCKE, V. Mulheres e Trabalho. In: LOPES, J.R.B. (Org.). Trabalho e dominação. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1980. p. 81-118.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. Revista Estudos Feministas, v 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

SORJ,B.; FONTES, A.; CARUSI, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SWAIN, T. N.; Feminismos: teorias e perspectivas. Apresentação. Textos de História, Brasília: UNB, v. 8, n 1-2. 2000.

TAJFEL, H. Social identity and intergroup behaviour. Social Science Information, 13, 65-93. 1974.

TANURE, B.; CARVALHO NETO, A. M.; ANDRADE, J. Executivos: sucesso e (in)felicidade. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.

TORRES, A. C. Porque não se revoltam as mulheres? Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão do trabalho entre os sexos; IV Actas do Congresso Português de Sociologia (2000); Edição CD-Rom; Associação Portuguesa de Sociologia; 2002.

VALA, J e MONTEIRO, M. B. (orgs). Psicologia Social. Lisboa. Ed. Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em CAMINO, L. (Org.), O conhecimento do outro e a construção da

realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária. 1996.

VIEIRA, A. Cultura, poder e identidade nas organizações. Revista de Administração da FEAD-Minas. 2010.

## **APÊNDICES**

**(APÊNDICE I)****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO****Dados de Identificação:**

- **Idade**
- **Estado civil**
  - Casada ( )
  - Solteira ( )
  - Viúva ( )
  - Divorciada ( )
- **Naturalidade (Cidade/estado/país):**  
\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- **Profissão:**  
\_\_\_\_\_
- **Escolaridade** - Pós – graduação: Especialização ( ) / Mestrado ( ) / Doutorado ( )
- **Filhos:** Sim ( ) / Não ( ) - Quantidade: \_\_\_\_\_
- **Religião**

**Roteiro**

- Quem é a mulher contemporânea?
- Qual o significado da família na sua vida?
- Qual o significado do trabalho na sua vida?
- Quais relações você estabelece entre família e trabalho?
- O que caracteriza a dinâmica de vida da mulher de carreira?

**(APÊNDICE II)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente de uma pesquisa do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea UCSAL/BA. Eu sou aluna do Programa e estou realizando um estudo cujo tema é MULHER, FAMÍLIA E TRABALHO: REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES CONSTRUÍDAS POR CASADAS E SOLTEIRAS.

Sua participação na pesquisa é muito importante, mas você é livre para aceitar participar da pesquisa. Se você aceitar participar, lhe farei algumas perguntas sobre mulher, família e trabalho. Não vai lhe exigir muito tempo, apenas alguns minutos.

Todas as informações serão mantidas sob o mais absoluto anonimato, sigilo e confidencialidade, não sendo necessário que se identifique. Os resultados desta pesquisa serão analisados de forma geral e serão levados ao conhecimento da comunidade a partir do mês de \_\_\_\_\_ de 2014 no endereço eletrônico [www.ucsal.br](http://www.ucsal.br), bem como em Publicações científicas e congressos de Ciências Sociais e Psicologia.

Estou disponível para esclarecer suas dúvidas no momento em que desejar. Você terá garantida a liberdade de retirar o presente consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízos e/ou constrangimentos a você. Sua assinatura abaixo, em duas vias idênticas desse documento, indica que você leu este consentimento, esclareceu todas as suas dúvidas e livremente concordou em participar nos termos indicados. Caso você tenha alguma questão ou alguma dúvida, pode perguntar agora. Se você tiver dúvidas posteriores ou desejar entrar em contato em relação a esta atividade, o nome e telefone da pesquisadora responsável encontram-se ao pé dessa página<sup>3</sup>.

Obrigado pela sua atenção e eventual participação!

**CONFIRMO ESTE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E LIVREMENTE  
CONCEDIDO**

Salvador. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

<sup>3</sup> Contato: Thyara F. Ribeiro Mendonça

E-mail: [thyararibeiro1@hotmail.com](mailto:thyararibeiro1@hotmail.com)

Telefone: (79) 9934.3179/ 9114.2991

